

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA MÍDIA

JANAÍNA DE LIMA

**VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS PELA MÍDIA: UMA
ANÁLISE SOBRE A TRANSFOBIA NOS PORTAIS DE
NOTÍCIAS ONLINE DO RN E SUA REPRESENTAÇÃO
SOCIAL**

NATAL/RN
2022

JANAÍNA DE LIMA

VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS PELA MÍDIA: UMA ANÁLISE SOBRE A TRANSFOBIA NOS PORTAIS DE NOTÍCIAS ONLINE DO RN E SUA REPRESENTAÇÃO SOCIAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito para obtenção do título de mestre.

Linha de Pesquisa: Estudos da Mídia e Produção de Sentido.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Dantas Lemos.

NATAL/RN

2022

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI

Catálogo de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCHLA

Lima, Janaína de.

Violações de direitos humanos pela mídia: uma análise sobre a transfobia nos portais de notícias online do RN e sua representação social / Janaína de Lima. - Natal, 2022.
97f.: il. color.

Dissertação (mestrado) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2022.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Dantas Lemos.

1. Estudos da Mídia - Dissertação. 2. Transfobia - Dissertação.
3. Análise Crítica do Discurso - Dissertação. 4. Representação Social - Dissertação. 5. Portais de Notícias - Dissertação. I. Lemos, Daniel Dantas. II. Título.

RN/UF/BS-CCHLA

CDU 316.77



Universidade Federal do Rio Grande do Norte
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA MÍDIA

ATA Nº 1

Aos 31 (trinta e um) dias do mês de março de 2022, às 16:00 (dezesesseis horas), por videoconferência, foi instalada a Comissão Examinadora responsável pela avaliação da Dissertação intitulada VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS PELA MÍDIA: UMA ANÁLISE SOBRE A TRANSFOBIA NOS PORTAIS DE NOTÍCIAS ONLINE DO RN E SUA REPRESENTAÇÃO SOCIAL, trabalho final apresentado pela mestranda JANAÍNA DE LIMA ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Estudos da Mídia. A Comissão Examinadora foi presidida pelo Professor Doutor DANIEL DANTAS LEMOS, contando ainda com o Professor Doutor ADRIANO CHARLES DA SILVA CRUZ (UFRN) como examinador interno, e a Professora Doutora AMANDA CAVALCANTE DE OLIVEIRA LEDO (UPE), como examinadora externa à Instituição UFRN. A sessão teve a duração de 2 horas e a Comissão Examinadora emitiu o seguinte parecer:

O trabalho atende às exigências para a conclusão de mestrado na área de estudos da mídia, com temática relevante e está bem estruturado atendendo do ponto de vista textual o gênero dissertação. O trabalho foi considerado aprovado e a banca sugere que seus resultados possam ser publicados.

Dra. AMANDA CAVALCANTE DE OLIVEIRA LEDO, UPE

Examinadora Externa à Instituição

Dr. ADRIANO CHARLES DA SILVA CRUZ, UFRN

Examinador Interno

Dr. DANIEL DANTAS LEMOS, UFRN

Presidente

JANAÍNA DE LIMA

Mestranda

Dedico estas páginas a todas as pessoas transexuais e travestis que resistem todos os dias e que lutam por uma nova sociedade. Em especial dedico à professora Dra. Leilane Assunção.

AGRADECIMENTOS

A escrita desta dissertação sem dúvidas foi um dos maiores desafios que já vivenciei e continua sendo até o momento de ser oficialmente mestra. Marcada pela pandemia, pelo isolamento social, pelo medo e insegurança do que viria a cada novo dia. Mas, também pela exaustão do trabalho, pela falta de tempo e em especial por não conseguir me dedicar a mim mesma, aos meus sonhos e desejos. Vamos perdendo as forças, querendo desistir, ao mesmo tempo, que resistir se faz necessário e um desafio cotidiano: o de viver.

Não poderia ter chegado até aqui sozinha, mas atravessada pelas histórias de tantas pessoas transexuais e travestis que resistiram e lutaram no passado para que hoje eu pudesse conquistar direitos e ocupar espaços que foram historicamente negados a nós. Agradeço a essas pessoas, em especial, a Leilane Assunção, primeira doutora e pós-doutora transexual da UFRN, a qual me acolheu na mesma universidade e tanto me ensinou.

Agradeço a minha família por não ter desistido de viver ao meu lado, de construir novas relações e por enfrentar os preconceitos ao me reconhecer como sou. Foram muitos desafios e dificuldades que nos fortaleceram e nos ensinaram que o amor transforma.

Agradeço ao meu companheiro de vida, Lauro Gabriel Bezerra, pela parceria cotidiana, pelo cuidado, afeto e amor que foram meus pilares nesse processo.

Agradeço ao meu orientador professor Dr. Daniel Dantas pela paciência, mas acima de tudo, pela amizade e companheirismo.

Agradeço ao Movimento Brasil Popular, organização política que escolhi construir a caminhada por um Projeto Popular para o Brasil, assim como, os companheiros e companheiras que seguem ao meu lado.

Agradeço ao Governo da professora Fátima Bezerra pela oportunidade de trabalho, a qual me fez ser a primeira mulher transexual gestora pública na história de um executivo estadual no RN, sendo a Coordenadora da Diversidade Sexual e de Gênero.

Por fim, não teria concluído esse processo tão marcante em minha vida

sem ter recuperado em mim a esperança, a confiança e a coragem para enfrentar os desafios cotidianos, que me fizeram ser capaz de me reinventar e priorizar minhas escolhas, tentando construir a autonomia que me foi negada.

*“Eu não sei se um anjo me chama
Eu não sei dos mil homens na cama
E o céu não pode esperar
Eu não sei se a noite me leva
Eu não ouço o meu grito na treva
E o fim quer me buscar
Trouxe pouco
Levo menos
A distância até ao fundo é tão pequena
No fundo, é tão pequena
A queda
E o amor é tão longe”
Balada de Gisberta - Pedro Abrunhosa*

VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS PELA MÍDIA: UMA ANÁLISE SOBRE A TRANSFOBIA NOS PORTAIS DE NOTÍCIAS ONLINE DO RN E SUA REPRESENTAÇÃO SOCIAL

RESUMO

A sociedade é marcada por diferentes formas de violações de direitos humanos em diversas dimensões sociais, uma delas é a mídia, especialmente no que tange as populações em maior situação de vulnerabilidade socioeconômica como as pessoas transexuais e travestis. Partindo desta realidade, esta pesquisa terá dois momentos de investigação, um que analisa como a transfobia se manifesta nas notícias e outro que analisa a partir de quais representações sociais essas pessoas são apresentadas. Para isso, analisaremos os seguintes portais de notícias online do Rio Grande do Norte: Portal Agora RN; Portal No Minuto; Portal G1 RN; Portal VNT e Blog do BG, em um recorte temporal de cinco anos (2014 á 2018). Essa problemática tem envolvimento sobretudo nos campos de gênero e transexualidade, relacionadas diretamente às violências de gênero, transfobia e mídia. Para compreensão das análises utilizaremos a Análise Crítica do Discurso de Van Dijk (2000, 2004, 2013, 2015) articulada com o conceito de representação social de Moscovici (2007). No campo dos resultados apresentamos as categorias de análise que conformam o discurso transfóbico e sua representação social na mídia, assim como, apresentamos um modelo teórico metodológico para esta análise discursiva midiática composto por “discurso transfóbico – reprodução social – representação social”.

Palavras-chave: Estudos da Mídia; Transfobia; Análise Crítica do Discurso; Representação Social; Portais de Notícias.

ABSTRACT

Society is marked by different forms of human rights violations in various social dimensions, one of which is the media, especially with regard to populations in greater socioeconomic vulnerability, such as transsexuals and transvestites. Starting from this reality, this research will have two moments of investigation, one that analyzes how transphobia manifests itself in the news and another that analyzes from which social representations these people are presented. For this, we will analyze the following online news portals in Rio Grande do Norte: Portal Agora RN; Portal No Minute; Portal G1 RN; Portal VNT and Blog do BG, in a time frame of five years (2014 to 2018). This problem is mainly involved in the fields of gender and transsexuality, directly related to gender violence, transphobia and the media. To understand the analyzes we will use the Critical Discourse Analysis by Van Dijk (2000, 2004, 2013, 2015) articulated with the concept of social representation by Moscovici (2007). In the field of results, we present the categories of analysis that make up the transphobic discourse and its social representation in the media, as well as, we present a theoretical and methodological model for this discursive media analysis composed of “transphobic discourse – social reproduction – social representation”.

Keywords: Media Studies; Transphobia; Critical Discourse Analysis; Social Representation; News Portals.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Notícia 01 Portal No Minuto	59
Figura 2 - Notícia 02 Portal No Minuto	61
Figura 3 - Notícia 01 do Portal Agora RN	63
Figura 4 - Notícia 02 do Portal Agora RN	65
Figura 5 - Notícia 01 do Portal VNT	67
Figura 6 - Notícia 02 do Portal VNT	69
Figura 7 - Notícia 01 do Portal G1	71
Figura 8 - Notícia 02 do Portal G1	73
Figura 9 - Notícia 01 do Portal Blog do BG	75
Figura 10 - Notícia 02 do Portal Blog do BG	77

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Análise da transfobia na notícia 01 do Portal No Minuto	59
Tabela 2 - Representação Social na notícia 01 do Portal No Minuto	60
Tabela 3 - Análise da transfobia na notícia 02 do Portal No Minuto	61
Tabela 4 - Representação Social na notícia 02 do Portal No Minuto	62
Tabela 5 - Análise da transfobia na notícia 01 do Portal Agora RN	63
Tabela 6 - Representação Social na notícia 01 do Portal Agora RN	64
Tabela 7 - Análise da transfobia na notícia 02 do Portal Agora RN	65
Tabela 8 - Representação Social na notícia 02 do Portal Agora RN	66
Tabela 9 - Análise da transfobia na notícia 01 do Portal VNT	67
Tabela 10 - Representação Social na notícia 01 do Portal VNT	68
Tabela 11 - Análise da transfobia na notícia 02 do Portal VNT	69
Tabela 12 - Representação Social na notícia 02 do Portal VNT	70
Tabela 13 - Análise da transfobia na notícia 01 do Portal G1	71
Tabela 14 - Representação Social na notícia 01 do Portal G1	72
Tabela 15 - Análise da transfobia na notícia 02 do Portal G1	73
Tabela 16 - Representação Social na notícia 02 do Portal G1	74
Tabela 17 - Análise da transfobia na notícia 01 do Portal Blog do BG	75
Tabela 18 - Representação Social na notícia 01 do Portal Blog do BG	76
Tabela 19 - Análise da transfobia na notícia 02 do Portal Blog do BG	77
Tabela 20 - Representação Social na notícia 02 do Portal Blog do BG	78

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Modelo de manifestação da transfobia	86
---	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 TRANSEXUALIDADE: PARA ALÉM DE UM CONCEITO, UM PROCESSO HISTÓRICO	26
2.1 VIOLÊNCIA DE GÊNERO E TRANSFOBIA: UM NÓ.....	31
3 MÍDIA E PORTAIS ONLINE DE NOTÍCIAS: DO GLOBAL AO LOCAL	37
4 ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO: PROCESSUALIDADES METODOLÓGICAS	47
4.1 O PODER COMO CONTROLE E PRÁTICA SOCIAL	48
4.2 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: UM RESULTADO DA REALIDADE	54
5 ANÁLISE DOS PORTAIS DE NOTÍCIAS ONLINE DO RN	58
5.1 RESULTADOS	79
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
REFERÊNCIAS	92

1 INTRODUÇÃO

O contexto histórico atual é demarcado pela disputa política, tendo como centralidade o realinhamento do neoliberalismo no Brasil e na América Latina. Esse cenário se configura também pela negação e retirada dos direitos sociais da classe trabalhadora, principalmente dos grupos de maior vulnerabilidade social como a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais e demais expressões das sexualidades e identidades de gênero (LGBTI+), em especial, as travestis e transexuais que sofrem maior marginalidade e violência, segundo os dados e relatórios nacionais que acompanham essas violências.

Enfileirado a isso, se têm um avanço do conservadorismo, do fundamentalismo religioso e do fascismo que se expressa concretamente no aumento da violência de gênero e da transfobia, alinhado a ausência do Estado no desenvolvimento de políticas públicas de combate à discriminação e na garantia dessa população ao acesso a educação, saúde e trabalho, direitos esses que lhe foram negados historicamente.

O Brasil é considerado um dos países mais violentos para a população LGBTI+ no mundo, segundo o Grupo Gay da Bahia (GGB), organização que historicamente vem coletando e produzindo dados sobre a violência mobilizada por discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, foram 343 LGBTI+ assassinados no país no ano de 2016, como aponta o relatório¹ do grupo. É o maior registro de mortes durante os 37 anos de coleta e divulgação de homicídios pela organização. A cada 25 horas um LGBTI+ é violentamente assassinado vítima da LGBTfobia no país, colocando o Brasil como líder mundial de crimes contra essa população, ultrapassando os 13 países do Oriente e África, nos quais existem pena de morte contra os LGBTI+.

Já o relatório de 2017 realizado pelo (GGB) - entre os dados coletados, foram 445 LGBTI+ mortos, sendo o maior número coletado em 40 anos pela ONG, representando um aumento de 30% em relação aos últimos anos. A violência à qual a população LGBTI+ está exposta no Atlas da Violência tomando como base os dados disponibilizados pelo Ministério das Mulheres, da Família e dos Direitos

¹ Dado disponível no Relatório da violência homofóbica no Brasil realizado pelo Grupo Gay da Bahia. Disponível no site: <<http://homofobiamata.files.wordpress.com>>. Acesso em: 23 jun. 2019

Humanos a partir das denúncias recebidas pelo Disque 100, somente no ano de 2018 foram realizadas 1.685 denúncias de violência contra a pessoas LGBTI+, destas sendo 306 referentes à lesões corporais, 49 tentativas de homicídio e 138 homicídios contra pessoas LGBTI+ em território nacional. Em 2019, 329 LGBTI+ tiveram morte violenta no Brasil, vítimas da LGBTfobia: 297 homicídios (90,3%) e 32 suicídios (9,7%) aponta a entidade social (GGB). O Relatório do Observatório de Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil apresenta que em 2020, 237 LGBTI+ tiveram morte violenta no país, vítimas da LGBTfobia - 224 homicídios (94,5%) e 13 suicídios (5,5%).

Tais números alarmantes são apenas a ponta de um iceberg de violência e sangue, pois não havendo estatísticas governamentais sobre crimes de ódio, tais números são sempre subnotificados já que nosso banco de dados se baseia em notícias publicadas na mídia, internet e informações pessoais. A falta de estatísticas oficiais, diferentemente do que ocorre nos Estados Unidos, é prova da incompetência e homofobia governamental (MOTT, 2016, p. 1).

Partindo desse cenário, existe uma expressão maior da violência contra mulheres transexuais e travestis, o relatório ainda apresenta que o risco para a população Trans* ser assassinada é catorze vezes maior que os homossexuais, e se comparado com os Estados Unidos, as 144 travestis e transexuais mortas em 2016 frente às 21 norte-americanas, nos diz que, brasileiras têm nove vezes mais chances de sofrer violência transfóbica.

Segundo organizações internacionais, como a Transgender Europe (TGEU)², mais da metade dos homicídios de transexuais no mundo ocorrem no Brasil. De acordo com o relatório da Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Intersexuais (ILGA), o Brasil ocupa o primeiro lugar nas Américas em quantidade de homicídios de pessoas LGBTI+, estando também na liderança em assassinatos de pessoas transexuais e travestis no mundo, segundo a Transgender Europe (TGEU). As pessoas transexuais e travestis representam o maior índice de violências e assassinatos, segundo a Rede Trans Brasil, a cada 26 horas, aproximadamente, uma pessoa trans é assassinada no país. A expectativa de vida

² A pesquisa Transrespect versus Transphobia Worldwide pode ser acessada em: http://www.transrespecttransphobia.org/en_US/tvt-project/tmm-results/idahot-2015.htm Acesso em: 23 de jun 2019.

dessas pessoas é de 35 anos, de acordo com a Associação Nacional de Pessoas Trans – ANTRA.

Para Jesus, (2012, p. 14), o:

Brasil é responsável, isoladamente, por 39,8% dos assassinatos de pessoas transexuais registrados no mundo entre 2008 e 2011, e no mesmo período por 50,5% desses crimes na América Latina, cujo país com o segundo maior número de violências desse tipo foi o México, com 60 assassinatos, seguido de perto pela Colômbia, com 59.

Pessoas LGBTI+ costumam a ter uma vida “muito difícil quando se trata de direitos, preconceitos e discriminação, para travestis e transexuais a vida é, certamente, pior.” (ZAMBRANO, 2011, p. 103). Os espaços de violência são diversos como escolas, serviços de saúde e mercado de trabalho, configurados pela negação da identidade de gênero pelo Estado, dificultando a cidadania transexual (ZAMBRANO, 2011, p. 105).

No Rio Grande do Norte, o cenário não é diferente: em 2019 foram contabilizados seis assassinatos e 48 denúncias de violações de direitos humanos sofridas por LGBTI+ potiguares, coletadas pela Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos e por outros canais, sendo contabilizadas no relatório do GGB. O Observatório LGBTI+ de Natal, ligado ao Centro Municipal de Cidadania LGBTI+, apresentou um relatório da LGBTfobia na capital do Estado, relatando que em 2020, 47% dos usuários sofreram violência antes daquele ano, 26% dos casos de violência ocorreram na residência, e no ano passado, 32% no mesmo local, expressando o aprofundamento da violência doméstica e familiar. No que se refere ao trabalho, 56% dos usuários estavam desempregados, dificultando a autonomia financeira e, conseqüentemente, a saída do ciclo de violências vivenciadas no ambiente familiar.

A população de travestis e transexuais constitui um segmento da sociedade que se encontra em situação de vulnerabilidade socioeconômica, alcançando os maiores índices de violências e assassinatos como apresentado anteriormente, o que é resultante do preconceito e da discriminação. A maioria dessa população é vítima da exclusão desde o convívio familiar, em que sua identidade não é aceita, aos ambientes escolares e profissionais. Sem o apoio da família e das instituições de ensino e diante da discriminação sofrida no mercado de trabalho, a população

travesti e transexual acaba não tendo oportunidades que viabilizem uma vida digna na sociedade. Sem formação escolar completa e sem oportunidades de trabalho formal, essas pessoas ficam sujeitas à vivência em situação de rua e à prostituição, deixando-as expostas à violência produzida pelo preconceito da sociedade e a ausência de garantias de direitos sociais. De acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), 90% das travestis e transexuais estão se prostituindo no Brasil.

Frente ao cenário apresentado, me destaco como uma exceção, sendo uma mulher transexual mestranda no Programa de Pós Graduação em Estudos da Mídia – PPGEM e a primeira a se formar em Comunicação Social: Jornalismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, um dos cursos mais antigos desta universidade. Não deixo de ser um exemplo de conquista, mas ao mesmo tempo, sou um exemplo da expressão dessa desigualdade social.

Com a Pandemia do COVID-19, temos um aprofundamento das desigualdades sociais, da fome e do desemprego, agravantes sociais que ampliam a vulnerabilidade socioeconômica da população travesti e transexual. Segundo relatório apresentado pelo Coletivo #VoteLGBT o índice de desemprego dessa população atingiu 21,6%, quase o dobro do registrado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em abril de 2020, no qual uma a cada quatro pessoas perderam o emprego em função da pandemia e 30% das pessoas desempregadas já estão sem trabalho há um ano ou mais. Nesse sentido, apreender os elementos fundantes da transfobia irá contribuir com a análise das violências sofridas pela população travesti e transexual no Rio Grande do Norte, no que diz respeito à mídia e veiculação de violações contra essa população como mais um dos elementos de discriminação, partindo da realidade concreta dessa população que tem seus direitos humanos negados diariamente. Para Navas (2016, p. 39), a: “violência e discriminação são constantes e marcam o cotidiano de travestis e transexuais, que muitas vezes revelam os lugares de exclusão social, econômica, sexual, cultural e de gêneros em que se situam no cenário urbano”.

Contudo, o campo de estudo sobre as violências de gênero e a transfobia relacionada à mídia precisa ser ocupado, compreendendo a importância que os meios de comunicação têm na mediação das vidas e das ideologias, assim como, a

produção da desigualdade social como um marco fundante da mídia brasileira. Para entendermos suas violações é necessário entender sua estrutura.

Segundo Paixão (2016, p. 42), a: “configuração mercadológica da mídia, desde a sua gênese, trouxe marcas que são observadas hoje no Brasil: verdadeiras indústrias concentradas que tratam a sua matéria-prima – a informação – como produto vendável”. Além da mercantilização da informação, temos uma concentração dos meios de comunicação em poucas mãos, demarcada por um oligopólio de empresas familiares. Nesse sentido, “a informação sob a forma midiática é um bem produzido e difundido por poucos. É nesse nível que há o favorecimento de alguns grupos em detrimento de uma maioria da sociedade” (PAIXÃO, 2016, p. 45).

Esse modelo do oligopólio nas comunicações se reflete diretamente com os grupos que controlam jornais, revistas, emissoras de TV, rádios, agências de notícias, traduzindo e reproduzindo para a sociedade brasileira os acontecimentos locais, regionais e mundiais, em diversas mídias e plataformas (PAIXÃO, 2016, p.45). Esses grupos pertencem, há décadas, a dinastias familiares. Entre as principais estão: Marinho, Civita, Frias, Mesquita, Sirotsky, Saad, Abravanel, Sarney, Magalhães e Collor (MORAES, 2011, p. 40).

É perceptível a divisão, de um lado, os produtores e donos da informação, que “traduzindo uma versão da realidade pela ótica dominante, para uma suposta ‘massa’ de ‘consumidores’ ou meros ‘receptores’; do outro, parcelas da sociedade que assimilam a versão oficial dos veículos” afirma Paixão (2016, p. 42) como uma verdade, uma a lógica hegemônica a ser seguida. Esse modelo não se configura somente no Brasil, mas se espalha numa relação mercadológica e de dominação pelos grupos detentores da grande mídia.

Com esses elementos, uma teia complexa vai se formando em torno do campo da comunicação. Essa conjuntura ficou ainda mais problematizada na era das tecnologias digitais ou da “globalização”. O lucro midiático também avançou em escala planetária, tal como as redes virtuais. E a comunicação, que deveria existir para melhorar a vida em sociedade, fazer as pessoas felizes, transformou-se em oligopólio (PAIXÃO, 2016, p. 42).

Têm-se um oligopólio da mídia, ligado aos interesses políticos dominantes por consequência se tem uma monopolização da informação e dos discursos, ou seja,

se configura uma comunicação hegemônica. Os monopólios que favorecem os centros do poder, articulando a eficácia de sua dominação, sendo um deles o monopólio da palavra e de opinião na mídia. Considerando esse um dos mais eficazes para a dominação capitalista (AMIN, 2005, p. 87-89).

Os portais de notícias online ganham novas configurações no campo midiático e da produção jornalística. Web, Bardoel e Deuze (2000) apresentam quatro elementos: interatividade, customização de conteúdo, hipertextualidade e multimídia. Palacios (2002), com base em autores como Deuze, Canavilhas e Elias Machado, propõe seis características fundamentais: multimídia/convergência, interatividade, hipertextualidade, personalização, memória, instantaneidade e atualização contínua.

Para além das novas configurações, nenhuma mídia substitui outra mídia por completo, nem é a renovação por si só, um novo meio de comunicação traz consigo elementos de um meio anterior e isso não é diferente com a internet (PALACIOS, 2000). O novo que traz consigo os valores do velho, configurando um processo marcado pela estruturação da mídia no Brasil.

Nesse sentido, a nossa pesquisa pretende analisar as violações de direitos humanos, em específico a transfobia, pelos portais de notícias online do Rio Grande do Norte. Portanto, nossa relação exploratória com o corpus empírico se iniciou com a pesquisa dos principais portais de notícias do RN na internet, os quais produzem e circulam notícias diariamente, tendo como um dos recortes principais assuntos locais e que expressam a realidade econômica, social e política do Estado, após encontrarmos cerca de dez portais, descartamos os portais que possuíam informações mais localmente municipais ou regionais. Chegamos ao total de cinco portais que iremos trabalhar: Portal Agora RN; Portal No Minuto; Portal G1 RN; Portal VNT e Blog do BG. Em seguida, pesquisamos as notícias sobre travestis e transexuais nas ferramentas de busca dos portais, recortando assim, quais portais apresentavam notícias de cunho transfóbico, escolhendo preferencialmente as notícias que apresentassem mais elementos para a nossa análise, assim como, que observamos estarem relacionadas com as violações de direitos e transfobia, destacando duas notícias por portal totalizando dez notícias.

A temporalidade escolhida para as notícias nos portais foram de 2014 a 2018³, por compreender que esse recorte de cinco anos nos dá a possibilidade de demarcar esse tipo de notícia como recorrente, por consequência, a recorrência das violações de direitos humanos das pessoas transexuais e travestis pela mídia.

Os portais de notícias online do Rio Grande do Norte e a sua produção de conteúdo violam os direitos humanos da população transexual e travesti? Esse tipo de notícia contribui para a violência transfóbica na sociedade e para a formação de estereótipos? Qual a representação social dessas pessoas nas notícias? Essas são algumas das indagações que movem nossa pesquisa. Com isso, temos como objetivo central analisar as violações de direitos humanos da população travesti e transexual pelos portais de notícias online do Rio Grande do Norte e sua representação social, identificando como a transfobia aparece nas notícias dos portais online e analisar as representações sociais que essa população travesti e transexual são apresentadas nas notícias.

As violações de direitos humanos da população travesti e transexual na mídia são marcadas por elementos noticiosos como o sensacionalismo, a violência urbana e espetacularização desses sujeitos. Aprender esses elementos nos permite configurar não só esse tipo de produção da notícia, mas quais violações são mais recorrentes. Marcondes Filho (1986) descreve sensacionalismo como o grau mais radical da mercantilização da informação: tudo o que se vende é aparência e, na verdade, vende-se aquilo que a informação interna não irá desenvolver melhor do que a manchete.

O “desvalor” da notícia é aliado ao “desvalor” dos sujeitos violados? Isso se presta “básica e fundamentalmente a satisfazer as necessidades instintivas do público, por meio de formas sádica, caluniadora e ridicularizadora das pessoas” (ANGRIMANI, 1986, p. 15). Observar criticamente os discursos dessas notícias e consequentemente desses portais nos apontarão os elementos centrais para as violações de direitos desta população na mídia. Assim como pensar eticamente a produção jornalística desses meios de comunicação contribuirá para uma análise da prática profissional, entendendo que essas notícias são referenciadas pelo seu “lado

³ O período posterior ao ano de 2018 foi excluído em função da ação direta da pesquisadora enquanto gestora pública na implementação das políticas públicas para esta população ter se dado justamente a partir de 2019.

aparente, externo, atraente do fato. Sua essência, seu sentido, sua motivação ou sua história estão fora de qualquer cogitação” (ANGRIMANI, 1986, p. 15). Outro elemento importante no campo empírico é a relação discursiva dessas notícias com a violência, para Morales (2014, p. 33): “se entendermos a violência como uma linguagem que comunica algo, veremos que a mídia atua como um amplificador desta linguagem”.

Compreendendo assim os elementos discursivos que configuram a transfobia nas notícias, poderemos não só organizar esse tipo de conteúdo, mas sinalizar formas de evitar tal violação de direito na mídia. Além de, identificarmos a partir de quais representação sociais essas pessoas são apresentadas nas notícias, tendo em vista a relação intrínseca da produção de sentido com a prática social. Portanto, consideremos de relevância social, comunicacional e midiática dessa pesquisa, contribuindo com uma análise crítica do discurso, da realidade e da produção de conteúdo jornalístico.

Essa pesquisa pretende contribuir no campo teórico, no avanço do conhecimento desta produção de sentido, assim como, no campo da prática, podendo ter uma aplicação concreta na sociedade, refletindo outra comunicação que não viole os direitos humanos das pessoas transexuais e travestis.

Frente ao cenário transfóbico apresentado, a ausência de fiscalização se configura como um dos principais agravantes da violência seja ela institucional ou midiática. Para Navas (2016, p. 51), fica “explícito que o Estado e a sociedade se colocam de forma autoritária, machista e heterossexista, em relação à garantia do direito de seus cidadãos, que sucumbem ao viés conservador de suas estruturas.” Investigar e analisar essas violações contribuem para o combate à discriminação e a negação aos direitos humanos. Para embasar nossa análise no campo dos estudos da diversidade sexual e de gênero utilizaremos autores como Jesus, Zambrano, Oliveira, Navas e Nogueira.

Assim como, utilizaremos autores que irão contribuir na compreensão da produção de conteúdo nos portais online, para isso Palácios, Primo, Rebouças e Rodrigues nortearam nossa pesquisa á luz das teorias da comunicação e do jornalismo. Nosso método terá como centralidade os estudos da Análise Crítica do Discurso – ACD, que para Van Dijk (2015, p. 113): “é uma investigação analítica discursiva que estuda principalmente o modo como o abuso de poder, a dominação

e as desigualdades são representadas, reproduzidas e combatidas por textos escritos e orais”.

Outro conceito que será central no nosso método de análise é a Teoria das Representações Sociais. As representações sociais têm como sua forma particular sistemas de prescrições, inibições e preconceitos que participam da visão global de uma sociedade, no qual estabelece de si própria na relação entre cognição e comunicação, entre informação e significação (MOSCOVICI, 2007).

Iremos trabalhar com cinco portais de notícias online do Rio Grande do Norte: Portal Agora RN; Portal No Minuto; Portal G1 RN; Portal VNT e Blog do BG, no recorte temporal de cinco anos, de 2014 a 2018, analisando duas notícias de cada portal, somando-se dez notícias. Nossa metodologia será dividida em duas partes, primeiro iremos analisar quais elementos discursivos configuram a transfobia na notícia, em um segundo momento iremos analisar quais as representações sociais essas pessoas são apresentadas nas notícias. Formulando assim, em nosso percurso da pesquisa dois quadros de análise, dividido por subtemas, um quadro analítico para a transfobia, com subtemas como: Manchete; Desrespeito ao nome social e exposição do nome de nascimento; Exposição indevida de pessoas; Discurso de ódio e preconceito; Desrespeito à presunção de inocência. E o segundo quadro analítico para as Representações Sociais, utilizando subtemas como, por exemplo: Envolvimento com o crime ou pessoas criminosas; Vítima de assassinato; Suspeita de cometer crime; Relação com a prostituição.

Nossa metodologia de análise abordará como central os problemas sociais e identificará que as relações de poder são discursivas, assim como, o discurso seria uma forma de ação social e realiza um trabalho ideológico (VAN DIJK, 2015). A nossa pesquisa terá como orientação teórica os estudos do método materialista histórico e dialético. Para Oliveira (2016):

A escolha pelo Método Materialista Histórico e Dialético se dá pelo fato de considerar este como um método que trabalha com a crítica ontológica, a perspectiva da totalidade, rompe com o ponto de vista da neutralidade axiológica, ahistórica, idealista. A dialética trabalha com a apreensão e análise do objeto mediante a perspectiva dos valores e concepções acerca do real – valores que não requerem somente a explicação e descrição da realidade, mas a busca, sobretudo, da superação do atual modelo de sociedade; que nega a neutralidade, na defesa de uma sociedade com um modo de se estruturar e produzir valores que busquem a emancipação humana. (OLIVEIRA, 2016, PG 32 e 33).

Para a conformação do nosso Estado da Arte durante nosso processo de investigação foi realizada uma pesquisa bibliográfica em três plataformas acadêmicas: SciELO, CAPES e Intercom, utilizando as seguintes palavras-chave: Transfobia; Transfobia na mídia e LGBTfobia, tendo como recorte temporal de 2014 á 2019. Os resultados das pesquisas nos mostram que a temática ainda é pouco explorada no campo dos estudos da mídia, nesse sentido, a atual pesquisa representa uma importância na contribuição teórica, assim como, no despertar da relevância sobre as violações de direitos humanos na mídia. Nessa perspectiva, os resultados das plataformas acadêmicas demonstram a pouca produção científica sobre a temática, com uma média de zero á dez trabalhos por plataforma que apresentem relação mais próxima com a pesquisa proposta. Contudo, pesquisamos em outras ferramentas acadêmicas como revistas universitárias e periódicos, com isso, destacamos quatro trabalhos que estão diretamente ligados a nossa pesquisa e que puderam contribuir com nosso Estado da Arte.

Nesse sentido, apresentam-se os quatro trabalhos destacados, sendo o primeiro “Narrativas jornalísticas e possibilidades de resistência acerca do acontecimento #somostodasverônica: mídia, transfobia e violência”.⁴ O artigo realizado por pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) apresenta uma análise da cobertura jornalística na internet sobre o acontecimento envolvendo Verônica Bolina, travesti torturada em situação de cárcere. No campo metodológico, os autores utilizam Ford (1999) para analisar as especificidades midiáticas da produção e circulação da notícia e Verón (2005) para o método da semiologia dos discursos sociais. A pesquisa busca compreender a construção do acontecimento noticioso a partir do enunciativo dos atores envolvidos. Destaca-se seu objeto empírico e sua proximidade com a nossa pesquisa, analisando a produção discursiva dos portais online G1, R7 e Fórum, buscando as possíveis violações de direitos humanos demarcadas pela transfobia na mídia. Outro elemento interessante é análise da página da campanha #SomosTodasVerônica, na rede social online Facebook. O que nos permite compreender outros fatores no campo da internet no que diz respeito á

⁴ BORELLI, Viviane; MACHADO, Alisson; DIAS, Marlon Santa Maria. **Narrativas jornalísticas e possibilidades de resistência acerca do acontecimento #somostodasverônica: mídia, transfobia e violência.** Conexão – Comunicação e Cultura, UCS, Caxias do Sul – v. 16, n. 31, jan./jun. 2017, p. 113-134. <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao>
DOI 10.18226/21782687.v16.n31.05

promoção dos direitos humanos e na mobilização social de sua defesa.

O trabalho analisa e aponta uma correlação entre a produção jornalística e a dos atores sociais na internet. Questionam os contornos enunciativos dados pelo jornalismo ao caso, assim como suas violações de direitos humanos. Por outro lado, apontam as formas de resistência à violência e transfobia percebidas nas narrativas midiáticas através da campanha #SomosTodosVerônica. A seguinte pesquisa contribui na afirmação das violações de direitos pela mídia com um recorte na transfobia, o qual se desenha o nosso problema, além de ter como veiculação os portais online de notícias, o qual também é o nosso objeto empírico.

O segundo que destacamos é o trabalho “Legitimação da homofobia e transfobia: uma análise pragmática de algumas mídias como difusoras da discriminação”⁵. O presente trabalho analisa as representações de gênero, sexualidade e corpo veiculadas pela mídia, evidenciando a construção discursiva que a linguagem possui na naturalização e legitimação da homofobia e transfobia, tendo como padrão os estudos pós-estruturalistas para analisar as violações de direitos humanos. O campo empírico são campanhas publicitárias veiculadas na TV e em outdoors, sendo elas: Comercial Havaianas (2010); Comercial Cachaça Magnífica (2011); Comercial Nova Schin (2012); Anúncios Pedacos de Amor Cosméticos (2015) e Meritor Autopeças (2017). O autor discute a influência das campanhas midiáticas nos estereótipos que perpassam o contexto social, partindo da análise discursiva para demarcar que os meios de comunicação reproduzem ideologias e regulam as relações de poder na sociedade. Nesse sentido, o artigo contribui com nossa pesquisa em analisar o papel da mídia na reprodução das violações de direitos humanos, em especial da transfobia, assim como, na reprodução social das normas patriarcais de gênero.

Por terceiro, destacamos a pesquisa “Transexualidade, violência e ciberespaço: um estudo etnográfico digital”⁶. A pesquisa em questão trata-se de um estudo do tipo etnográfico digital, tendo como base teórica Hine (2005). O objetivo desta pesquisa é analisar os discursos de cunho transfóbico de internautas,

⁵ LOPES, Anderson Ferreira. **Legitimação da homofobia e transfobia: uma análise pragmática de algumas mídias como difusoras da discriminação**. Conferência Internacional de Estudos Queer – ConQueer. V. 1, 2018, ISBN 978-85-61702-52-6.

⁶ NOGUEIRA, Bruno Rafael Silva Barbosa; SILVA, Laionel Vieira. **Transexualidade, violência e ciberespaço: um estudo etnográfico digital**. Revista Percurso Acadêmico, Belo Horizonte, v. 7, n. 14, jul./dez. 2017.

proferidos na seção de comentários de um portal de notícia, o G1 PB, direcionados a uma jovem mulher transexual, vítima de violência doméstica. O estudo identifica algumas categorias que buscam naturalizar fenômenos sociais a favor de um pensamento excludente e inferiorizante da população transexual, o que contribui para contextualizar nossa pesquisa como elementos de inferioridade, acusação e rejeição presentes no discurso dos comentários analisados.

Por último, o trabalho “A transfobia como violência urbana no jornalismo da TV Liberal: análise da cobertura do caso de agressão a uma travesti por taxistas em Belém/PA”⁷. O trabalho analisa a cobertura jornalística da emissora paraense TV Liberal, afiliada à Rede Globo, o caso anunciado é sobre os taxistas que agrediram uma adolescente travesti com a presença de policiais militares, em Belém, no dia 20 de outubro de 2016. A análise sobre a transfobia foi tratada como violência urbana, na categoria linchamento, partindo da exploração da sua imagem pela mídia. Entre os teóricos que basearam a análise estão a espetacularização (DEBORD, 1997), a invisibilidade (WERTSCH, 1998). A metodologia usada como referência é Guia de Monitoramento de Violações de Direitos Humanos pela Mídia da ANDI, o que nos aproxima de um método quantitativo e qualitativo para analisar as violações nos meios de comunicação utilizando instrumentos legais do Estado.

Com isso posto, a pesquisa bibliográfica contribuiu para o percurso metodológico que iremos utilizar e com a relação exploratória do objeto empírico, assim como, foi possível observar as lacunas teóricas para uma nova contribuição nos estudos da mídia, na qual essa pesquisa se diferencia pelo seu foco no campo do objeto em relação aos portais online de notícias online, assim como, na investigação e análise das categorias que conformam um discurso transfóbico nas notícias e quais elementos são utilizados para a representação social da população transexual e travesti, no esforço de compreender a reprodução discursiva e social através da mídia das desigualdades e violações contra essa população.

Outro elemento fundamental para a construção desse projeto de pesquisa, assim como, a escolha do tema e objeto de estudo foi a participação como

⁷ COSTA, Lucas da Silva; SANTOS, Lucas Rocha; CARNEIRO, Taymã Rodrigo Oliveira; SEREJO, Elias Santos; ESTEVES, Lorena Cruz. **A transfobia como violência urbana no jornalismo da TV Liberal: análise da cobertura do caso de agressão a uma travesti por taxistas em Belém/PA.** Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Curitiba - PR – 04 a 09/09/2017.

pesquisadora no Projeto de Pesquisa “Afinal, quem paga a conta? O monitoramento das violações de direitos dos programas policiais e o advocacy junto aos seus anunciantes”⁸ coordenado pelo professor doutor Daniel Rodrigo Meirinho de Souza, docente do Departamento de Comunicação Social (UFRN) e do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia (PPgEM), o qual tinha como objetivo geral identificar os modelos de violações de direitos cometidos pelos programas policiais Patrulha na Cidade e Rio Grande do Norte Urgente a partir de um monitoramento, análise e posterior sensibilização com agências de publicidade e anunciantes em torno do financiamento e sustentabilidade financeira destes conteúdos comunicativos. Destaca-se a participação nessa pesquisa e nas demais ações envolvidas no Projeto “Amaru - Observatório Latino Americano de Comunicação, Mídias e Direitos Humanos”⁹ coordenado pela professora doutora Raimunda Aline Lucena Gomes docente do Departamento de Comunicação Social (UFRN), tendo como objetivo principal contribuir com o processo histórico/político, social/educacional de construção de uma cultura midiática forjada no respeito, na promoção e na proteção dos direitos humanos – civis, políticos, econômicos, sociais, culturais, ambientais, sexuais e do direito humano à comunicação.

Esse processo foi fundamental para a realização da pesquisa final da graduação em Comunicação Social: Jornalismo no Departamento de Comunicação Social (UFRN), no qual foi defendido o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “As violações de direitos humanos pelos programas policiaiscos: uma análise sobre o Patrulha da Cidade - SBT RN” que analisou as violações de direitos humanos através do discurso midiático deste programa policiaisco da TV potiguar. Portanto, nossa pesquisa vem sendo desenvolvida também a partir dessas experiências acadêmicas no campo da análise e investigação das violações de direitos pela mídia, em especial, pelos meios de comunicação locais.

⁸ PVC13933-2017 - Afinal, quem paga a conta? O monitoramento das violações de direitos dos programas policiais e o advocacy junto aos seus anunciantes.

Acesso:

<https://sigaa.ufrn.br/sigaa/pesquisa/projetoPesquisa/criarProjetoPesquisa.do?dispatch=view&id=123055918>

⁹ PVC15506-2018 - Amaru - Observatório Latino Americano de Comunicação, Mídias e Direitos Humanos.

Acesso:

<https://sigaa.ufrn.br/sigaa/pesquisa/projetoPesquisa/criarProjetoPesquisa.do?dispatch=view&id=129408423>

No campo organizativo deste trabalho, iremos percorrer após a sua introdução, com o primeiro capítulo referente aos estudos e análises sobre relações de gênero e transexualidade, assim como, sobre a violência de gênero e a transfobia. Por sequência, iremos abordar os estudos sobre a mídia, cibercultura, internet entre temas correlacionados, mas em especial, sobre os portais online de notícias locais. Em seguida, as processualidades metodológicas, abordando nosso método com base na Análise Crítica do Discurso – ACD e com o conceito da Teoria das Representações Sociais. Por fim, apresentaremos nossa análise do estudo e sua conclusão.

2 TRANSEXUALIDADE: PARA ALÉM DE UM CONCEITO, UM PROCESSO HISTÓRICO

Para iniciarmos as compreensões referentes às identidades de gênero e em especial, as identidades transexuais¹⁰ e travestis¹¹ é fundamental compreendermos as relações de gênero, seus papéis sociais e determinantes na sociedade brasileira. Assim, identificaremos que as desigualdades de gênero são frutos de um processo histórico, conseqüentemente suas discriminações também.

Se pensarmos em qualquer tempo histórico foi na relação com a natureza por meio do trabalho que homens e mulheres se humanizaram. É o meio pelo qual os seres humanos se relacionam com a natureza, com outros seres humanos, modificam o espaço e, por fim, também modificam a si mesmos. Processo contínuo que amplia o ser, seus aprendizados e consciência, nos quais houveram transformações significativas na divisão do trabalho, na ideia de parentesco, na procriação e na sexualidade ao longo das formas de produzir a vida material que implicam na reprodução social (NOGUEIRA, 2020).

Com isso, temos um processo de configuração da heterossexualidade como a única forma natural de desejo e prática sexual. Essa reflexão de como nossa sociedade foi historicamente construída e como nós somos resultados dessa construção é essencial para compreendermos a transfobia e a representação social da população transexual e travesti, nesse caso, pelos portais online de notícias, ou seja, pela mídia.

Para Nogueira (2020), as relações de gênero e de sexualidade precisam inicialmente ser analisadas por duas categorias sociais: a divisão sexual do trabalho e a propriedade privada. Seguindo Marx e Engels (2007), uma das principais fontes de toda a exploração encontra-se na propriedade privada e na divisão social do trabalho que têm como resultado a distribuição desigual do trabalho e de suas relações sociais, assim como, de sua exploração. Nogueira (2020, p. 33-34) destaca que no “processo histórico de constituição do ser social, ligado ao

¹⁰ Pessoa que possui uma identidade de gênero diferente ao gênero atribuído no nascimento de acordo com os órgãos genitais (JESUS, 2012).

¹¹ Pessoa que vivencia o papel de gênero feminino, mas não se reconhece ou reivindica como homens ou como mulheres, mas como membros de um terceiro gênero ou de um não-gênero. A denominação “travesti” é mais antiga que o termo transexual e mais frequente no Brasil do que em outros países, é um termo historicamente estigmatizado. (JESUS, 2012).

desenvolvimento de modos de produção e reprodução social, surgiram sociedades baseadas no crescente domínio sobre as mulheres e no maior controle da sexualidade” (NOGUEIRA, 2020, p.33-34).

Nesse sentido, os autores defendem que a família foi a primeira forma de propriedade privada, “onde a mulher e os filhos são escravos do homem” (MARX; ENGELS, 2007, p. 36). Esse processo histórico demarca em síntese a classificação social de que as mulheres são responsáveis pelo trabalho doméstico, reprodutivo e do cuidado, enquanto os homens são responsáveis pelo trabalho produtivo e para ocupar os espaços públicos, o que até os dias atuais ainda se faz necessário sua demarcação na realidade.

Com isso, entende-se que a divisão sexual do trabalho implicou para a criação de dois gêneros, um feminino e outro masculino, os quais são criados de forma compulsória como heterossexuais, isso porque a complementariedade que se estabelece é a família patriarcal como instituição social, as quais só são desenvolvidas numa relação heterossexual. Assim, ao pensar as relações de gênero deve-se pensar também nas relações de sexualidade que são hegemônicas. “O heterossexismo expressa, assim”, destaca Nogueira (2020. p. 40), “um dos fundamentos das desigualdades entre homens e mulheres e da violência por elas sofridas”.

A diversidade sexual e de gênero, partindo da ótica do heterossexismo, da família patriarcal monogâmica como símbolo da reprodução biológica e social, traz a tona que ao longo da história e da formação social e econômica, todas as expressões de gênero e sexualidade que não correspondesse a esse padrão hegemônico sofreriam punições, ameaças, discriminações e até morte. As formas de controle se manifestam de diversas formas, seja pelo discurso religioso através do pecado, ou da moralidade, assim como, pela associação à marginalização desses corpos e na negação dos direitos básicos que vai da liberdade até o acesso ao trabalho e alimentação.

Portanto, gênero e sexualidade não são categorias que obrigatoriamente estão relacionadas com a violência, mas o seu processo histórico de conformação e seus determinantes sociais as levaram à uma relação de desigualdade social e de poder na sociedade, como formas de manutenção de um sistema hegemônico econômico, social e político. Para (NOGUEIRA, 2020, p. 47):

Gênero designa as inúmeras formas de construção objetiva e subjetiva de ser homem e ser mulher. Leva em consideração as características naturais dos corpos humanos, mas não se reduz ao destino (im)posto por uma determinada genitália. Gênero se constrói no bojo do desenvolvimento histórico da humanidade. Constitui-se nas relações entre os seres humanos que percebem a si e ao outro como ser único por ser diverso. Ao mesmo tempo que procura atribuir funções corporais distintas a cada sexo, possibilita construir identidades mais ou menos fluídas a partir das relações sociais estabelecidas num determinado contexto, ou seja, possibilita construção de identidades de gênero para além das fronteiras de sexo de nascimento. Gênero é uma categoria histórico-antológica que procura evidenciar os múltiplos processos sociais que envolvem o ser mulher e o ser homem.

A sexualidade, assim como o gênero, nessa perspectiva, está relacionada não somente ao ato sexual em si, mas nas relações sociais, nos desejos, afetos e fantasias. A dimensão histórica e social está diretamente relacionada com as expressões dos indivíduos na vida social, incluindo aqui, suas identidades e sexualidades. Para Saffioti (2004) não é possível reduzir gênero e sexualidade às relações de dominação-exploração. É óbvio que as mesmas estão sobre diversas formas de controle social, mas é necessário compreendê-las nas suas dimensões individuais e coletivas, ao saber, das estruturas sociais.

As formas como as violências, preconceitos e opressões contra a diversidade sexual e de gênero se manifestam e se reproduzem são resultados das relações patriarcais e suas determinações hegemônicas. Essas relações também incidem na designação do gênero compulsoriamente em função da anatomia biológica. Através do pênis e da vagina, se orienta, obrigatoriamente, o ser homem e o ser mulher. - nesse “sentido, na ordem patriarcal, só se é homem ou mulher de modo legítimo se a genitália for condizente com o gênero socialmente atribuído” (NOGUEIRA, 2020, p. 57).

O controle e regulação das identidades de gênero e sexualidade possuem mecanismos que são difundidos pela sociedade por meio de práticas e discursos, como o machismo e a LGBTfobia, e também por meio das instituições do Estado. Atenta-se aqui que a mídia como um dos mecanismos para a difusão de discursos que corroboram com as relações patriarcais de gênero e com a ampliação dos preconceitos.

O sistema binário, masculino versus feminino, produz e reproduz a ideia de que o gênero reflete o sexo biológico e que todas as outras questões sociais,

comportamentos e papéis sociais estão ligadas a essa determinação: a natureza biológica constrói a sexualidade e os corpos de acordo com as disposições referentes às genitálias. As experiências as quais fogem desse sistema, se encontram no lugar desviante moralmente, biologicamente e politicamente na sociedade. Bento (2008, p. 15) sugere “que a transexualidade ¹²é uma experiência identitária, caracterizada pelo conflito com as normas de gênero” (BENTO, 2008, p. 15).

Essa experiência destaca os rompimentos com as normas que dão estabilidade aos gêneros, assim como, a casualidade entre feminino e masculino, desvendando os limites impostos aos corpos e suas identidades. O observador põe em ação, diante da experiência transexual, “os valores que estruturam os gêneros na sociedade” (BENTO, 2008, p. 18). A partir disso, os defensores dessas normas precisam se manifestar, ora para se contrapor, ora para afirmar o sistema hegemônico. Nessa relação se expressa às violências e violações de direitos humanos com a população transexual e travesti.

A transexualidade não é uma experiência a-histórica, ao contrário, revela com toda dor e dramaticidade os limites de uma ordem de gênero que se fundamenta na diferença sexual. Quando se retira o conteúdo histórico dessa experiência, apaga-se as estratégias de poder articuladas para determinar que a verdade última dos sujeitos está no seu sexo. A transexualidade é uma das múltiplas expressões identitárias que emergiram como uma resposta inevitável a um sistema que organiza a vida social fundamentada na produção de sujeitos “normais/anormais” e que localiza a verdade das identidades em estruturas corporais (BENTO, 2008, p. 20).

Antes mesmo do nascimento, já é criado um conjunto de expectativas sobre o sexo da criança, e ao nascer, um conjunto de tecnologias sociais, de discursos e práticas se entrelaçam para recebê-la. Desde o enxoval, os brinquedos, o nome, seus projetos futuros são determinados pelo sexo biológico que conseqüentemente determinará o seu papel social de gênero na família e na sociedade. Esse processo cultural reforça que ser homem e ser mulher não é algo tão simples e natural como parece, pois, precisa de um conjunto de condicionantes para que as normas sociais sejam efetivadas.

¹² “Dimensão identitária localizada no gênero, e se caracteriza pelos conflitos potenciais com as normas de gênero à medida que pessoas que a vivem reivindicam o reconhecimento social e legal do gênero diferente ao informado pelo sexo, independente da cirurgia de transgenitalização” (BENTO, 2008, p. 145).

Quando se diz que é um menino, não está somente descrevendo uma situação, mas criando um conjunto de expectativas sociais para aquele corpo, produzindo masculinidades e feminilidades condicionadas ao órgão genital. Não é somente um ato de linguagem nem somente uma representação da realidade, mas uma afirmação construtora de significados. Trata-se de uma “capacidade performativa” na linguagem como caracteriza John Austin (1990). Ou seja, somos apresentados a uma única possibilidade de existirmos e construímos nossas identidades, relacionadas ao gênero e a sexualidade, as quais devem ser produtoras da heterossexualidade. Bento (2008, p. 30) diz, sobre sexo, que “não é aquilo que alguém tem ou uma descrição estática. O sexo é uma das normas pela qual se torna viável, qualificador de humanidade à matéria corpórea”. Portanto, os rompimentos com essas relações de gênero e normas sociais geram diversas formas de violência, como as discriminações, repressões e preconceitos, as quais acompanham desde a infância essas pessoas que desviam dos padrões e revelam as possibilidades de existir para além do sistemático imposto sobre os corpos.

Em sua maneira estrutural, não há grandes diferenças no processo de reconhecimento de ser homem ou ser mulher na sociedade pelas pessoas transexuais e travestis, partindo de que o gênero é construído socialmente através das relações sociais, normas e papéis desempenhados hegemonicamente, ou seja, o reconhecimento no gênero o qual pertence socialmente é designado sob a mesma estrutura. A diferença está em quem é permitido ou não, aceito ou não, se expressar de acordo com sua identidade de gênero. “A transexualidade seria”, para Bento (2008, p. 32), “a materialização do impossível, o inominável, aquilo que transcende a capacidade de compreensão”.

No Brasil são as pessoas transexuais e travestis que reivindicam a identidade legal do gênero e com isso, tem apontado os limites das normas sociais impostas que não dão conta da diversidade sexual e de gênero da população, assim como, rompem com estigma da discriminação, violência e marginalização que sofrem, partindo da reivindicação pelo acesso aos direitos sociais e pela cidadania que vai desde o direito ao nome social como ao atendimento humanizado nos serviços públicos. Esse processo só é possível através da formação política e da possibilidade de organização social enquanto segmento excluído da sociedade.

Bento (2008) nomeia esse processo como “politização” da população transexual e travesti, e destaca:

Politização é a capacidade de o sujeito sair do concreto vivido para uma abstração onde percebe que sua condição de excluído não está em uma característica individual, mas nas articulações de poder que o produzem como ser anormal. Ele passa a perceber que enquanto as normas de gênero não forem questionadas, os discursos hegemônicos localizados nas instituições continuarão seu trabalho de produção de seres abjetos” (BENTO, 2008, p. 62).

A partir das contradições vivenciadas por essa população é possível não só reconhecer as contradições e violências cotidianas, mas perceber a necessidade de enfrenta-las, seja através da organização popular, da formação política ou da ação concreta, assim como, articulando essas três formas no processo de disputa ideológica e da luta popular por direitos humanos, reconhecimento das identidades e para reivindicar suas pautas como centro também do debate político contemporâneo. Cada vez mais é possível perceber a ampliação política e sua inserção nas agendas institucionais dessas pautas, o que é resultado dessa combinação do movimento transexual brasileiro.

2.1 VIOLÊNCIA DE GÊNERO E TRANSFOBIA: UM NÓ.

São múltiplas as formas de violência sofrida pela população transexual e travesti, desde a patologização das identidades de gênero, quando se afirmava que a transexualidade é uma doença, orientando todos os procedimentos relacionados a essas pessoas como tratamento, correção e medicalização, passando pela vida privada, no rompimento dos vínculos familiares a até expulsão de suas casas pela não aceitação, assim como, pela vida pública quando não conseguem permanecer na escola pelo preconceito sofrido, nem ser inserida no mercado de trabalho entre outras violências físicas, psicológicas, morais, patrimoniais e institucionais, como já apresentamos na introdução deste trabalho um balanço de dados produzidos sobre o tema.

Nesse sentido, existem operações cotidianas de gênero para a construção de materialidade dos corpos, com o objetivo de garantir legitimidade aos sujeitos e as normas sociais. Essas operações precisam existir porque “homem” e “mulher” não são meras representações sociais, mas são sistemas classificatórios que comportam

direitos e deveres, privilégios e desvantagens. Esses sistemas se alinham aos diferentes interesses em disputa na ordem social, contribuindo com a desigualdade social, de gênero e sexualidade. Para que isso ocorra, os corpos são marcados socialmente nos processos de afirmação ou transgressão das normas que os regulam, tornando-se marcadores sociais, simbólicos e materiais, pelo próprio sujeito ou pelos outros, em especial de pessoas transexuais e travestis (LOURO, 2013).

Outra questão essencial, que envolve os corpos, mas, além disso, a vida social, é a patologização das identidades transexuais, ou seja, a sua compreensão como uma doença. Ao longo da história a patologização da transexualidade vem sendo questionada e contestada no cenário internacional e nacional, sejam nos protocolos ou marcos legais que orientam as políticas de saúde e dos direitos humanos para essa população. A Organização Mundial de Saúde (OMS) oficializou, durante a 72ª Assembleia Mundial da Saúde, em Genebra, a retirada da classificação da transexualidade como transtorno mental da 11ª versão da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas de Saúde (CID), a qual é orientada desde 2018 e tornou-se oficial esse ano, em 2022. Em sua nova edição do CID 11, a transexualidade sai, após 28 anos, da categoria de transtornos mentais para integrar o de “condições relacionadas à saúde sexual” e é classificada como “incongruência de gênero” (ALMEIDA, 2018).

Em resumo, ao longo da história brasileira desta população, todos os processos para garantia de direitos estiveram relacionadas à sua visão como doença, para acessar a mudança de nome e gênero nos documentos, para ter acesso à assistência social e a saúde pública eram necessários diversos laudos médicos, psiquiátricos e enquadramentos em diagnósticos, além da relação íntima com as cirurgias de resignação sexual e alterações nos corpos, sendo essas fundamentais para a “comprovação” da transexualidade. Através da politização dessas pautas e das lutas sociais, houve mudanças significativas que marcam a garantia da cidadania e da dignidade humana desta população.

Partindo, agora, da auto declaração das identidades de gênero pela população transexual e travestis e não mais da autorização médica de jurídica de suas identidades, o acesso e a garantia dos direitos são adquiridos de forma mais humanizada. Tendo em vista que “a forma como as instituições médico-jurídicas

reconhecem essas pessoas coloca em risco sua possibilidade de sobrevivência e sua efetivação como seres humanos” (ALMEIDA, 2018, p. 172). Almeida (2018) também orienta que ainda são necessários muitos avanços na garantia dos direitos básicos desta população que estão diretamente relacionados ao preconceito dos serviços públicos em acolher e atender esta população.

Diferentes dimensões da vida social podem ser afetadas pela condição de ser transexual. Uma dessas principais dimensões é a inserção no mercado de trabalho, em especial pela divisão sexual do trabalho, e na geração de renda. Uma das mais dramáticas expressões da violência transfóbica é a migração para as capitais em busca de emprego, onde o anonimato possa ser facilitado, e a inserção no mercado sexual como trabalhadora também. É na prostituição que se encontra fonte de renda mínima e a possibilidade de sobreviver. Sem proteção social e em constante discriminação, desencadeia uma ampliação dessas violências, como a situação de rua, a exploração sexual e o tráfico de drogas, assim como, o uso abusivo das mesmas (ALMEIDA, 2018).

Importa investigar o impacto das experiências trans, pois alguns/algumas deixam de frequentar espaços públicos e até alguns espaços privados, recuando com frequência em face de direitos (sistematicamente violados), evitando tratar da própria saúde, evadindo de processos de escolarização/capacitação profissional e, algumas vezes, até perdendo parte da capacidade de inserção e/ou permanência no mercado de trabalho, bem como enfrentando graves dificuldades subjetivas e objetivas para permanecerem nos seus postos de trabalho (ALMEIDA, 2018, p. 175).

Entre tantas formas de manifestação das violências contra a população transexual e travesti, uma das marcas é a violência física e o assassinato motivado por transfobia¹³, o qual é invisibilizado como um crime decorrente da discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero na maioria dos casos. Para LEMOS FILHO, 2018, p.193, “esses assassinatos disputam a legibilidade da vítima, sua apreensão como uma vítima legítima, merecedora de atenção das instâncias estatais, quanto reconhecer a existência da transfobia”. A constituição da vítima requer, como de costume, a mobilização de convenções morais e sua proximidade

¹³ Não somente para sugerir o medo às pessoas transexuais, transfobia também se refere aos comportamentos negativos – ódio, repulsa, raiva ou indignação – contra pessoas transexuais em razão de sua transexualidade, tais comportamentos vão abrangendo desde insultos verbais a agressões físicas e assassinatos. (BETTCHEER, 2013, p. 280).

com os padrões sociais, em outras palavras, se a vítima tiver um bom comportamento e estiver de acordo com as normas da sociedade, possibilitará a aceitação dela como uma vítima. A articulação desses manejos sociais torna-se mais difícil à medida que a vítima destoa dos padrões sociais e morais.

Importante destacar que a transfobia indica que as relações de gênero e de sexualidade participam da causa da morte porque conduzem a vulnerabilização dos sujeitos como vítimas de ódio e discriminação. Judith Butler (2021) explica que os corpos transexuais são corpos abjetos e ininteligíveis (ontológica e epistemologicamente) e ilegítimos (política e normativamente), mais precisamente, são corpos “abjetificados”, porque ela supõe a abjeção como um processo discursivo, ou seja, seriam sujeitos degradantes e desprezíveis. São corpos que não poderiam ser, mas existem, rompendo com a ordem de gênero regulada pelo poder.

Entre as principais características que demarcam o crime de ódio, aqui especificamente a transfobia, está a vulnerabilidade social do grupo estigmatizado, nesse caso a população transexual e travesti, e a extrema violência dos crimes (JESUS, 2013). Crimes esses que possuem uma “autorização” baseada nas normas patriarcais de gênero (SAFFIOTI, 2001). Essa autorização está diretamente relacionada com as desigualdades entre homens e mulheres, com a naturalização da violência de gênero e com a cultura imposta que faz dos homens “socializados para a misoginia, para o sexismo e a homofobia, não apenas desprezam os que consideram inferiores e desvirilizados, como coletivamente acionam condutas francamente violentas” (SMIGAY, 2002, p. 36).

Nesse sentido, a população transexual e travesti é desqualificada de humanidade e violentada por determinação das normas sociais de gênero e sexualidade. A partir do simbólico, a violência física se materializa e passa a ser expressão da violência de gênero. A transfobia se insere no conceito mais amplo da violência de gênero, acrescentando-se a especificidade das vítimas serem transexuais e travestis. Portanto, transfobia é violência de gênero.

Outras análises são aprofundadas com o objetivo de destacar elementos da transfobia, para Berenice Bento (2014) esses crimes devem ser tipificados como “transfeminicídio”, a qual seria uma política disseminada, intencional e sistemática de eliminação da população transexual e travesti no Brasil, motivadas por ódio, nojo e discriminação. O transfeminicídio é caracterizado pela autora com os seguintes

elementos: violência motivada pela identidade de gênero e não pela sexualidade da vítima; crimes em geral localizados nos espaços públicos, nos quais não ocorre a aceitação social destas identidades, apesar de reconhecer que as violências começam nos espaços privados e domésticos como a família; as mortes são marcadas pelo ódio e crueldade, ritualizadas de perversidades; as mortes contam com a conivência do Estado pela não apuração e punição dos criminosos; as famílias não enlutam nem reclama seus corpos; a identidade de gênero é desrespeitada mesmo após a morte nos discursos judiciais e pela mídia.

A vulnerabilidade social das vítimas e as altas taxas de violência letal contra a população transexual e travesti é identificada pela autora Jaqueline de Jesus (2013) como genocídio em razão da expressividade numérica e do enquadramento como crime de ódio, além da identificação com os termos que caracterizam os crimes relacionados ao genocídio, o qual pode ser entendido como a supressão e o apagamento das identidades de gênero que não exercem as normas sociais, contribuindo assim, para que essa violência se sistematize e se invisibilize.

Outro elemento importante na conformação da sociedade brasileira e sua reprodução social das violências é o racismo. Saffioti (2013) destaca que existe uma utilização social da raça, assim como, do gênero, para efetivar a manutenção dos privilégios e opressões, relacionando as normas patriarcais de gênero com o racismo, as quais são fundantes do processo de desigualdade social que vivemos. “Conquanto seja o fator sexo um critério menos conveniente que o fator raça para a conservação do domínio das camadas privilegiadas, constitui sempre um elemento pelo menos potencialmente discriminador e, portanto, estratificatório”. (SAFFIOTI, 2013, p. 328).

Por fim, para além de um conceito em recorrente construção, a transexualidade, reflete um processo histórico marcado pelas normas sociais e relações de gênero no Brasil. É fundamental para a compreensão das violências e violações de direitos humanos que são produzidas e reproduzidas contra a população transexual e travesti, compreendermos a formação social e política da nossa sociedade, e de que somos resultados deste processo. Partindo disso, nossa análise deixa um campo individual do problema para um problema coletivo e estrutural: as relações de gênero e sexualidade controladas por um sistema patriarcal e heteronormativo. Esse controle que têm nas diversas expressões das

violências sua manutenção e apagamento dos sujeitos que desobedecem às normas impostas. Aos quais, resistem e sobrevivem em contextos sociais profundamente precarizados de direitos e humanidade.

3 MÍDIA E PORTAIS ONLINE DE NOTÍCIAS: DO GLOBAL AO LOCAL

Para compreendermos os elementos conformadores da Mídia, de forma geral, para além dos seus diversos dispositivos tecnológicos, audiovisuais e impressos, iniciaremos pela compreensão do sistema midiático, o qual interliga os dispositivos, formatos e produtos da comunicação. Para Moraes (2013), as principais características desse sistema são: primeiro, a sua capacidade de fixar sentidos e ideologias, interferindo na formação da opinião pública e do imaginário social; em segundo a apropriação de diferentes léxicos, conjunto de palavras e sentidos ao seu serviço; em terceiro sua relação mercadológica. “Esse modelo”, diz Moraes (2013, p. 20-21), “está associado à lógica concentracionária e expansivamente reprodutiva do mercado e da cultura tecnológica, cujos eixos preponderantes são a digitalização, a virtualização, a mercantilização simbólica” e também a internacionalização dos negócios.

Nessa perspectiva há algo em comum na mídia: a reprodução do consumo e a manutenção de hegemonias. Os grandes conglomerados midiáticos detêm a propriedade dos meios de produção, a infraestrutura tecnológica e as bases logísticas de um sistema que rege os processos de produção material e imaterial. Segundo Raymond Williams (2011), trata-se de um sistema central, efetivo, dominante e eficaz, o qual define estratégias de largo alcance, viabiliza ações e transmite significados e valores. Esse sistema é fundamental para a consolidação de consensos sociais.

O grau de influência varia de veículo para veículo de acordo com os aparatos tecnológicos, alcance, audiência e relações mercadológicas. A complexidade do sistema midiático é ampliada pela digitalização e multiplicação de serviços de “infoentretenimento” intensificando seus fluxos em tempo real, instituindo novas formas de interação, conexão e sociabilidade, assim como, agravou a concentração e a oligopolização dos meios de comunicação. Esse processo é demarcado pelas multiplataformas integradas que definem uma junção de interesses estratégicos com distintos suportes e linguagens (MORAES, 2013).

Para isso três vetores são essenciais “a tecnologia que possibilita as sinergias; o compartilhamento e a distribuição de conteúdo gerados nas mesmas matrizes produtivas e a racionalidade de gastos, custos e investimentos” (MORAES,

2013, p. 22). O sistema midiático é fundamental para a reprodução do capitalismo, tendo em vista sua capacidade de ser um agente discursivo da globalização e do neoliberalismo. Legitimando o ideário global, assim como, o transforma no discurso social hegemônico, propagando valores e modos de vida, os quais são regulados pelo mercado como demandas coletivas. Esse processo é marcado também pela neutralização e invisibilização dos discursos críticos, alternativos e contestadores. Para Marilena Chauí isso significa “escamotear o conflito, dissimular a dominação e ocultar a presença do particular, enquanto particular dando-lhe aparência do universal” (CHAUÍ, 1982, p. 21).

Os meios de comunicação estão relacionados com o imaginário de serem essenciais para a democracia, mas geram problemas para o próprio sistema democrático, por estarem a serviço dos interesses dos grupos que os controlam e pelas transformações estruturais do jornalismo, tais como a internet e a aceleração da informação, os quais fazem que os meios sejam menos confiáveis e menos úteis para a cidadania (MORAES, 2013). Não somente sob a ótica da globalização, mas a realidade do sistema midiático brasileiro é diretamente relacionada com o monopólio da informação, com a concentração da mídia por empresas que ampliam sua hegemonia através dos mais diversos meios de comunicação, produtos e linguagens na sociedade.

A internet chegou ao Brasil em 1995 através da Internet Service Law, a qual abriu o mercado para provedores, ou seja, empresas privadas internacionais. No mesmo período, o Jornal do Brasil, de grande prestígio no país, lançou sua versão online, ao mesmo tempo, de forma mais tímida, o jornal Estado de São Paulo, lançou também um serviço online em parceria com a World News, de Washington. Em consequência dessa ocupação de novos serviços no mercado, diversos jornais iniciaram seus portais de notícias online, mas com pouco conhecimento sobre o novo meio de comunicação e seus conteúdos eram semelhantes as suas versões impressas, nos explica Barbosa (2001).

Com isso, o mercado foi se desenvolvendo com a expansão de sites e portais de notícias, e-mails gratuitos, grupos de discussão e “bate papos”, serviços de compras e divulgação de mercadorias, uma diversidade de links e serviços. Esse crescimento demonstrou novas estratégias, diferentes dos jornais online, os quais ofereciam um modelo tradicional, transpassando o impresso para o digital, revelando

novas formas de fazer comunicação no meio virtual com a utilização dos recursos multimídias, mais interativo e não linear, além da atualização do conteúdo que necessitava de maior velocidade nas informações (BARBOSA, 2001).

Os portais de notícias foram se caracterizando com uma maior fonte de conteúdo, assim como, com mais acessos e interações com os leitores, complementando sua recepção com a disposição de serviços e entretenimentos. Esse processo foi fundamental para manter a audiência conectada e para gerar uma sensação de pertencimento ao meio digital, além de possibilitar um reconhecimento no consumo das informações, antes consumidas por outros meios de comunicação, assim a audiência começa também a produzir e reproduzir comunicação no meio digital (SILVA, 2000).

Ao longo do tempo, uma crítica foi se destacando em relação aos portais de notícias, em relação ao seu formato, o qual remedia e reproduz as notícias, mas do que as cria. Essa crítica generalizada aos portais está relacionada a disseminação de informações que já estão disponíveis em outros meios de comunicação como impresso e audiovisual, dando prioridade a notícias sobre crimes e entretenimento, os quais em nossa visão são bem próximos, em oposição as notícias de política e economia, além da falta de análise, aprofundamento e interpretação das notícias (LEMOS, 2002).

Não há dúvidas que o jornalismo e a produção da comunicação foram alterados significativamente pela internet, desde os formatos textuais, novas formas de interação e integração, assim como, as relações entre os fornecedores e consumidores da informação. O que era unidirecional passa a ser reticular, em rede, utilizando a escrita, os hipertextos, dados, imagens, vídeos entre outros elementos que configuram o fazer do jornalismo online, configurando a forma não linear, ampliando a circulação da informação e permitindo aos leitores novas formas de ler e se relacionar com a digitalização da informação (SILVA, 1997).

Para Lévy (1999, p. 63), esse processo pode ser chamado de “informação em fluxo” como um dispositivo informacional surgido no ciberespaço, no qual os dados estão em constante modificação, articulados em rede. Entre suas características de conformação do processo de comunicação e produção de sentido, as quais são descritas em diversas formas por diversos autores, podemos destacar a interatividade, a hipertextualidade, a multimidialidade, customização ou

personalização do conteúdo, a formação de audiências e comunidades, a rápida atualização entre outros recursos da hipermídia.

Em específico, os portais de notícias online são inevitáveis frente a esse processo desde os primeiros passos do jornalismo online no Brasil e a sua avaliação pode ser desenvolvida de múltiplas formas, seja no aspecto mais amplo das positivities e vantagens da comunicação digital, ou pelas suas deficiências na produção da informação. De toda forma, qualquer mídia que possa suprimir a diversidade de fontes, dando direcionamentos únicos para uma notícia, fato, ação, em detrimento de outras divergentes, de apenas uma versão hegemônica, não contribuirá para a informação, cidadania e democracia.

Nesse sentido, estamos dialogando também sobre os processos de transformação na cultura e sua relação com a comunicação. Para isso, é importante pensarmos a definição de Cibercultura, o qual é amplo de sentidos, mas podemos compreendê-lo como uma forma sociocultural que é resultado de uma relação simbólico entre a sociedade, a cultura e as novas tecnologias digitais que surgiram com a informática e com a convergência das telecomunicações. Lemos (2002) nos explica que antes de ser uma cultura pilotada (cibernética) pela tecnologia, seria uma relação que se estabelece pela emergência de novas formas sociais aliada ao avanço das novas tecnologias digitais e sua sociabilidade, esta sinergia vai criar a cibercultura.

A cibercultura, segundo o autor, seria a cultura contemporânea marcada pelas tecnologias digitais. Ela é vivenciada nas relações sociais do cotidiano, através por exemplo, do home office, cartões de crédito, celulares, redes sociais, voto eletrônico, serviços virtuais entre outros, escapando assim de um determinismo técnico e de um determinismo social. A cibercultura representa a consequência direta da evolução da cultura técnica moderna. (LEMOS, 2002). Esse processo é marcado por uma perspectiva histórica, econômica e social desde a relação de dominação do homem sob a natureza, a transformando tecnicamente pelo trabalho. A essência da técnica moderna seria a utilização energética e material da natureza para a utilização científica da sociedade (HEIDEGGER, 1954), e conseqüentemente, os recursos foram ampliando-se, assim como, sua utilização científica, sendo chamada de sociedade da informação (CASTELLS, 1996).

Para Lemos (2002), as mídias alteram a relação espaço-temporal, desde a

escrita que configura o espaço do enunciador e enunciado, agindo como instrumento de tempo (memória), passando pelo telégrafo, rádio, telefone, televisão e na contemporaneidade pela internet, todos com uma mesma ação de comunicação: emitir informação para além do espaço e do tempo. , Assim, diz Lemos (2002, p. 53), cada “transformação midiática altera nossa percepção espaço temporal, chegando na contemporaneidade a vivenciarmos uma sensação de tempo real, imediato, “live”, e de abolição do espaço físico-geográfico”. A sociedade da informação é marcada pela instantaneidade e pela sensação de estar em vários lugares ao mesmo tempo, mas esse tempo real e instantâneo pode inibir a reflexão e o discurso, conseqüentemente a construção das opiniões públicas. Por outro lado, pode permitir os conhecimentos simultâneos, a participação mais ativa e dialógica, assim como, ampliar o acesso às informações e opiniões.

Essas transformações midiáticas inauguram novas formas que transformam também as relações sociais, o que era antes um computador pessoal passa a ser um instrumento coletivo móvel, através do “Wi-Fi”, o que já poder ser considerado uma nova etapa da cibercultura, nos colocando em meio a uma conexão generalizada, de tudo em rede, primeiro fixa, e agora cada vez mais móvel.

Embora esses fenômenos tenha um crescimento exponencial na quantidade de pessoas conectadas, serviços, espaços públicos e privados com conexão coletiva, esse processo ainda não pode ser tido como majoritário, no entanto, pode ser compreendido como hegemônico, como na história da comunicação e das outras mídias. A exclusão digital é um fato entre outras desigualdades sociais no Brasil.

Na cibercultura, a comunicação ganha novas formas interligadas, se pensarmos no rádio, na televisão ou no jornal impresso, temos de forma mais delimitada como descrever a relação de comunicação existente. Porém, se pensarmos a comunicação através da internet, teremos uma possível dificuldade de mensurar as relações de comunicação, a qual poderá se utilizar dos elementos do rádio, televisão e do jornal ao mesmo tempo. Por isso, destaca Lemos (2003, p. 16), podemos “dizer que a Internet não é uma mídia no sentido que entendemos as mídias de massa. Não há fluxo um - todos e as práticas dos utilizadores não são vinculadas a uma ação específica” (LEMOS, 2003, p. 16).

Desse modo, a internet não seria uma mídia, mas um ambiente, uma incubadora de instrumentos de comunicação, não se encaixando nos termos de uma

mídia de massa. Lemos (2003) nos apresenta as Leis da Cibercultura, as quais seriam, em primeiro a Lei da Reconfiguração, que tem como objetivo evitar a lógica de substituição ou de aniquilamento, tratando-se de reconfigurar práticas, modalidades midiáticas e espaços sem a substituição de outras mídias e relações de comunicação. Em segundo, a Lei da Liberação do pólo da emissão, presente nas novas relações sociais, na emergência de novas vozes, na disponibilização das informações e na opinião e movimentação social da rede. Em terceiro, a Lei da Conectividade generalizada que começa desde as transformações dos aparelhos tecnológicos como o computador, passando pela comunicação móvel, demarcado pelo tempo real das interações midiáticas.

Pensar o jornalismo online ou a produção de comunicação no meio virtual nos coloca diversas indagações, entre elas, uma das mais debatidas, a confiabilidade da notícia, em especial pela crescente produção das “Fake News”, se antes dialogamos sobre a sociedade da informação, esta mesma também poderá ser chamada de sociedade da desinformação. De uma forma ou outra, a informação e a comunicação seguem estando no centro da questão. Para Francisco (2004), a sociedade da desinformação é fruto de uma sociedade que produz uma legião de analfabetos funcionais, mesmo estando cercada de tecnologias, mídias e informações. O autor reforça que para a era virtual, ou a cibercultura, contribuir com o avanço da sociedade é preciso que as tecnologias da informação agreguem valores éticos, educacionais, sociais, humanistas entre outros sentidos que somem a um processo civilizatório.

É necessário compreendermos que os limites ou a falta dele deixa de ser localizado num emissor, numa mídia, para ser ampliado, estar em rede, em circulação, em velocidade, em tempo real. Zattar (2017) aponta que a desinformação, primeiro, é uma informação, segundo que é uma informação enganosa, e por último, a desinformação não é uma informação enganosa por acaso, mas foi criada com o intuito de enganar. Nessa perspectiva, ampliada e desinformada que as “novas mídias” podem tomar, sendo um dos caminhos, mas não o único, nos faz refletir sobre o papel do jornalismo e em consequência dos jornalistas. Para Pierre Levy (1999) é possível sugerir o desaparecimento dos jornalistas enquanto intermediários das notícias, em parte pelas novas tecnologias digitais, mas também pela ampliação da desinformação de todos os tipos de

comunicadores.

Dentre outras análises, o espaço da internet que é aparentemente limitado possibilita a criação de arquivos digitais que armazenam e recuperam diversas informações em tempo real, ou seja, a memória, considerada por Palácios (2003) como uma característica do jornalismo online, ou ciberjornalismo, é uma das vantagens do ambiente digital, o qual permite buscar informações através de motores da pesquisa, cruzando mais informações, datas, palavras-chaves entre outras. Apontar as possibilidades e as possíveis problemáticas da comunicação, assim como, seu processo histórico, seja nos diversos formatos das mídias e nos ambientes como a internet, se faz necessário para analisarmos desde o global ao local, relacionando com as questões tecnológicas e sociais que as cercam.

Os portais de notícias online, em especial os portais locais, estão diretamente relacionados aos formatos e características já apresentadas do jornalismo online, como a interatividade, hipertextualidade, multimídia entre as demais ambiências digitais, tendo no centro o objetivo de garantir a audiência na internet. Assim como, os portais locais podem facilitar o acesso a serviços, programação cultural, turismo e em sua maioria as notícias do cotidiano local. Barbosa (2002) aponta que o surgimento de portais locais iniciou nos Estados Unidos, em 1998, um ano após a nacionalização da internet. Aponta também que os portais locais convivem, sem concorrência, com os grandes sites e portais, podendo até fornecer conteúdos em áreas específicas da vida local. A autora também aponta entre seus elementos:

Adotaram uma linguagem híbrida, que mescla o jornalismo diário (fornecem notícias de última hora produzidas pelas suas equipes ou através do sistema de clipping de notícias) com o semanal (pois muitas matérias têm uma permanência maior no ar, o que se aproxima do jornalismo de revista, em mais uma metáfora com o meio impresso). Eles também têm as suas seções divididas segundo editoriais/canais (cidade, turismo, esporte, lazer, por exemplo) e fornecem as informações culturais, sobre show, teatro, programação de cinema, estabelecimentos em geral e eventos, tirando partido dos bancos de dados (BARBOSA, 2002, p. 12).

As suas notícias geralmente possuem de três a quatro parágrafos, podendo utilizar hipertextos e links para conteúdos do próprio portal ou para outros sites, assim como, para possíveis patrocinadores em forma de publicidade. No campo da estética digital, as informações podem ficar escondidas em determinadas seções, além da navegabilidade mais difícil por conta da grande quantidade de imagens. Nos

portais existem espaços para a interatividade com os leitores através dos “comentários” abaixo das notícias, ou também através de e-mail com o portal tendo o objetivo de ter uma comunicação mais direta (BARBOSA, 2002).

Nos portais locais encontra-se também o esforço da proximidade da informação com o público, uma estratégia do jornalismo online e das mídias na internet. E se têm minimamente um padrão para se organizar a comunicação nesses portais como um sistema de busca por tópicos, manchetes diárias, seção de fóruns e debates, links para outras páginas internas e externas ao portal, relação de compras online, além da personalização da própria página. Outro elemento fundamental é a atualização constante dos conteúdos, ou seja, das notícias, além dos títulos curtos e subtítulos que não deveriam repetir a lide da matéria (BARBOSA, 2002).

A formação de comunidades também é considerada um destaque importante, gerando uma fidelização dos leitores que têm pelos conteúdos um interesse, o quanto mais próximo mais dirá respeito aos leitores, ainda mais se tratando de um portal local, além das promoções e publicidades que podem oferecer ao público, dessa forma ampliam-se as relações dos produtores dos portais com os usuários. Barbosa (2002) defende que os portais são uma tendência crescente na internet, para o jornalismo online, se configurando numa nova categoria em construção na contemporaneidade das mídias digitais. “São serviços de informação direcionados que”, segundo Barbosa (2002, p. 15), “complementam sites noticiosos produzidos por jornais e mesmo os mega portais, além de se constituírem em mais um campo para atuação dos jornalistas”.

Os serviços do jornalismo online, assim como em outras mídias e formatos oferecem conteúdos internacionais, nacionais e locais, o que não poderia ser diferente na internet. Da mesma forma, a relação do jornalismo com a prestação de serviços, tanto no sentido dos direitos dos cidadãos, dos serviços públicos, mas também dos serviços privados, numa relação mercadológica, ou até mesmo como consumidores quando informam suas opiniões sobre serviços e produtos. Outra característica que atravessa as mídias e seus formatos é a responsabilidade do jornalista e conseqüentemente sua ética profissional, em especial com as notícias locais que diz respeito à vida social daquela comunidade, cidade, população, podendo ser um mediador um impulsionador de conflitos, preconceitos e violências

daquela realidade local.

A memória, um dos elementos no campo da pesquisa em mídia digital, pode ser também ampliada pela internet numa perspectiva da memória local, assim como, a digitalização das informações locais. O que Lévy (1999) considera ser o ciberespaço o principal suporte de memória da humanidade. E ao jornalismo online local caberia ser o produtor das memórias do cotidiano local. Essas memórias digitalizadas não configuram somente o passado ou tempo/espaço histórico, mas podem nos mostrar como uma produção de conteúdo é desenvolvida nesses portais, quais discursos estão mais presentes, conseqüentemente como contribuí para as representações sociais naquela localidade.

Da mesma forma que nos faz pensar sobre as demais mídias locais e sua proximidade ou até reprodução pelos portais online, se a televisão local, os jornais, assim como, outras formas de noticiar, por exemplo, nas redes sociais podem refletir uma produção local de conteúdo, ou seja, da informação local. Essas informações não podem ser dissociadas da realidade social, dos problemas e configurações estruturais que conformam o local e suas relações de desigualdades, poder e acesso aos direitos humanos. A mídia local, assim como, a representação da sua realidade é fruto de um processo sócio histórico, os que as produzem e seus leitores também.

Essa reflexão é necessária para uma análise mais profunda que compreenda os portais a partir de um sistema de comunicação globalizado, mas também de um sistema patriarcal e capitalista. Não só para apreender as formas hegemônicas que se reproduzem, mas perceber as formas discursivas e conseqüentemente as práticas sociais que revelam no cotidiano sua manutenção e reprodução social. Nesse caso, em especial, analisar como a transfobia ou a violência de gênero contra a população transexual e travesti se expressa nas notícias dos portais online locais é antes de tudo, analisar sua relação com uma estrutura societária seja ela midiática, mas também sócio histórico.

É nesse sentido que abordamos as violações de direitos humanos pela mídia, como um amplificador das relações de desigualdade, do material para o virtual. Se a internet é esse novo ambiente de relacionamentos e comunicação, seria também enquanto ambiente mais um espaço de circulação e reprodução dos problemas sociais. Apesar das análises que apontam sua possível democratização das vozes,

das liberdades de expressão e também de ativismos digitais, no entanto, as disputas das ideias seguem, assim como na sociedade, pelos mais diversos espaços, em rede. A possibilidade de multiplicar as críticas e denúncias contra as violências disputam o mesmo espaço que amplia o discurso de ódio, as violações de direitos e circulação dos preconceitos.

Não seria no campo ideal uma balança a qual mediremos quem pesa mais, qual se manifesta mais, ou quem ganha e quem perde, mas de percebermos que assim como nas relações sociais as contradições também dividem esse espaço. Enfrentá-lo não é uma tarefa fácil, primeiro porque nos tira de um lugar somente de defesa ou somente de crítica, mas nos coloca num lugar de análise das possibilidades digitais. O que não significa não termos uma posição fixa, mas termos uma contra posição, de termos a capacidade de pensar a internet, o jornalismo online, a globalização e cibercultura como transformações sociais da realidade e das relações sociais, as quais não apagam as relações de desigualdades já existentes historicamente, e a partir disso tentar compreendê-las no seu conjunto de características tecnológicas aproximando-se do conjunto de elementos sociais, culturais, políticos e econômico que conformam a realidade brasileira e a sua formação enquanto sociedade.

4 ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO: PROCESSUALIDADES METODOLÓGICAS

A escolha da Análise Crítica do Discurso - ACD está diretamente relacionada com o objeto desta pesquisa, seu contexto social e sua produção de sentido, mas em especial, está relacionada com a reprodução discursiva de abuso de poder e de desigualdade social. Esse que é um objetivo central deste método, da ACD.

Partindo destes estudos é possível compreender a relação intrínseca entre o que Van Dijk (2015) nomeia de “Micronível da escrita” e “Macronível da sociedade”, ou seja, a aplicação da análise crítica precisa relacionar os elementos discursivos com os elementos sociais e assim seguirá nossa processualidade metodológica. Importante destacar que compreendemos “discurso” em sua forma ampliada, ou seja, como um “evento comunicativo, incluindo a interação conversacional, a modalidade escrita da língua, bem como a expressão corporal, facial, diagramação do texto, imagens e qualquer outra “semiose” ou forma multimodal de significação” (VAN DIJK, 2013, p. 355).

Van Dijk (2015) explica que não existe um método específico para a análise crítica do discurso, ao contrário, compreende-se que é um conjunto de práticas acadêmicas, “uma transdisciplina distribuídas por todas as ciências humanas e sociais”, devendo está relacionada com os diversos campos. Segundo ele, os “Estudos Críticos do Discurso – ECD usam qualquer método que seja relevante para os objetivos dos seus projetos de pesquisa e tais métodos são, em grande parte, aqueles utilizados em estudos de discurso em geral.” (VAN DIJK, 2015, p.10).

A Análise Crítica do Discurso – ACD têm o interesse em investigar o abuso de poder e formas de dominação que resultam em desigualdade social e injustiças sociais. Nesse sentido, esta utilização teórica será mais um instrumento para a apreensão dos elementos discursivos que configuram a transfobia na mídia, mas que também, nos possibilita refletir a necessidade de mudança nesses discursos, na sua produção de conteúdo e sua veiculação.

Os métodos dos ECD diz Van Dijk (2015, p. 13) “são escolhidos de modo que a pesquisa possa contribuir para a apoderação social de grupos dominados, especialmente no domínio do discurso e da comunicação.”

É necessário relacionarmos o discurso midiático com a prática social, sua análise não poderá ser dissociada das questões sociais que as norteiam e circulam,

configurando a realidade de quem se fala ou sobre o que se fala. Para Van Dijk (2015, p. 12) o “discurso não é analisado apenas como um objeto “verbal” autônomo, mas também como uma interação situada, como uma prática social ou como um tipo de comunicação numa situação social, cultural, histórica ou política.” Com isso, a estrutura social está diretamente ligada à estrutura discursiva. Discurso pode influenciar crenças, estereótipos, ações sociais dos ouvintes e leitores, e conseqüentemente sua representação social (VAN DIJK, 2015).

Ao trabalharmos com grupos que se configuram como “minorias”, “sujeitos marginalizados” ou “populações em situação de vulnerabilidade socioeconômica”, no caso, especificamente com a população travesti e transexual, estamos diretamente trabalhando com grupos que estão em desigualdade social e de poder na sociedade. Essa desigualdade também se expressa na comunicação e na produção da informação, conseqüentemente nos discursos midiáticos. A Análise Crítica do Discurso prefere focar nas “propriedades do discurso que são tipicamente associadas com a expressão, a confirmação, a reprodução ou o confronto do poder social dos falantes ou escritores enquanto membros de grupos dominantes” (VAN DIJK, 2015, p.14).

4.1 O PODER COMO CONTROLE E PRÁTICA SOCIAL

Outra questão central é a definição de poder social como controle. Controle é definido como controle sobre as ações de outros. Se esse controle se dá também no interesse daqueles que exercem tal poder, e contra os interesses daqueles que são controlados, podemos falar de abuso de poder. E se as ações envolvidas são ações comunicativas, isto é, o discurso, então podemos tratar de controle sobre o discurso dos outros (VAN DIJK, 2015).

Nesse sentido, podemos afirmar que:

O controle se aplica não só ao discurso como prática social, mas também às mentes daqueles que estão sendo controlados, isto é, aos seus conhecimentos, opiniões, atitudes, ideologias, como também às outras representações pessoais ou sociais. (VAN DIJK, 2015, p.18)

Como reportagens e notícias sobre pessoas transexuais e travestis podem levar à formação ou confirmação de preconceitos e estereótipos, que por sua vez

pode levar a, ou serem controlados pela formação de ideologias transfóbicas, as quais, por sua vez, podem ser usadas para produzir novas escritas ou falas tendenciosas em outros contextos, que finalmente podem contribuir a reprodução discursiva da transfobia. Van Dijk (2015, p.18) afirma que se “o discurso controla a mentes, e mentes controlam ação, é crucial para aqueles que estão no poder controlar o discurso em primeiro lugar”. Com isso, nos faz refletir quais ações são definidas como notícias? E quem está sendo citado e representado nessas ações?

E ao pensarmos nesse contexto social aliado a rápida produção e circulação de notícias pela Internet, em especial pelos portais de notícias online, muitas vezes compartilhados nas redes sociais e linhas de transmissão, sendo conteúdos que exploram a violência, mas não exploram as questões sociais que envolvem os sujeitos retratados. Os meios de comunicação digital e novas tecnologias estariam afastados dessa realidade ou seriam também mais um caminho para essa reprodução discursiva da transfobia na sociedade?

Os leitores e os espectadores podem ter se tornado mais críticos e independentes. Mesmo assim, mais análises críticas são necessárias para descobrir se essa diversidade de tecnologias, mídias, mensagens e opiniões faz com que o cidadão seja melhor informado e capaz de resistir a manipulação através de mensagens/discursos que aparentam ser direcionadas pessoalmente para ele – mas que poderia implementar muito bem as ideologias dominantes que não mudaram muito (...). A ilusão de liberdade e diversidade poder ser uma das melhores maneiras de produzir a hegemonia ideológica que servirá aos interesses dos poderes dominantes na sociedade, incluindo as empresas que fabricam essas próprias tecnologias e seus conteúdos midiáticos e que, por sua vez, produzem tal ilusão (VAN DIJK, 2015, p. 20-21).

A busca pelo problema social em questão não pode ser direcionada somente ao discurso ou a mídia, mas compreendê-la como resultado de um processo histórico e de uma estrutura societária que em suas relações produzem as desigualdades sociais, com isso, ambas se encontram submetidas aos interesses hegemônicos e conseqüentemente ideológicos. Para Van Dijk (2015, p. 24) a “política e a mídia, sem dúvida, se influenciam mutuamente e controlam uma à outra, ambas sendo por sua vez controladas por interesses comerciais fundamentais, o mercado e o que é financeiramente viável”.

Nesse sentido, a dominação se expressa em vários tipos de abuso de poder comunicativo que são de interesse especial para a Análise Crítica do Discurso, como por exemplo, a manipulação, a doutrinação ou desinformação.

As formas de abuso de poder são chamadas por Van Dijk (2015) de dominação: “uma noção que implica a dimensão negativa de ‘abuso’ e também a dimensão de injustiça e desigualdade, isto é, todas as formas ilegítimas de ação e de situações” (VAN DIJK, 2015, p. 28). Em resumo, os abusos de poder significam as violações dos direitos humanos das pessoas, em especial, daquelas que mais sofrem esse tipo de abuso. São consequências dessa dominação discursiva, além da desinformação e manipulação, a reprodução de preconceitos e estereótipos, podendo levar ao aprofundamento da desigualdade social (VAN DIJK, 2015).

Essa base ideológica é adquirida e mantida através da comunicação e do discurso. Nessa intenção, se usa a ideologia e as atitudes sociais reproduzidas para transformá-las nas práticas sociais, definindo assim, o poder como controle, o qual se pode expressar pelo controle do contexto, pelo controle do discurso e do controle da mente que interligados acontecem por meio do discurso. E o controle do discurso por uma elite simbólica reprodutora de hegemonia na sociedade pode determinar os modos de reprodução do discurso, entre esses modos de reprodução, destaca-se o controle cognitivo e ideológico (VAN DIJK, 2004).

Com isso, o discurso midiático está diretamente relacionado com a nossa formação, interpretação da realidade e reprodução dos sujeitos sociais na sociedade, conseqüentemente, das suas representações sociais, portanto, temos uma reprodução discursiva da desigualdade social. Pouca dúvida “que a maioria de nossas ideologias são formadas discursivamente” (VAN DIJK, 2015, p. 33) e sem linguagem e comunicação não há ideologia. Portanto, o papel do poder simbólico é central para a sustentação do discurso, assim como, dos preconceitos na sociedade. O poder simbólico é “uma forma de poder ideológico” (VAN DIJK, 2015, p. 45), compreendendo que “teoricamente impressões são representações de pessoas”, e levando em conta os esquemas mentais para definir categorias pelas quais alguém é julgado e representado, tem uma dimensão social e, outra, individual. (VAN DIJK, 2004). Com isso, entende-se que o termo ideologia se refere:

à “consciência” de um grupo ou classe, explicitamente elaborada ou não em um sistema ideológico, que subjaz às práticas socioeconômicas, políticas e culturais dos membros do grupo, de forma tal que seus interesses materializem-se (...). Essas práticas ideológicas são organizadas e exercidas por meio de várias instituições como o Estado, os meios de comunicação, a educação, igreja, bem como instituições informais como a família. Uma ideologia é uma estrutura cognitiva complexa que controla a formação, transformação e aplicação de outros tipos de cognição social tais

como o conhecimento, as opiniões e as posturas, e de representações sociais, como os preconceitos sociais (VAN DIJK, 2015, p. 47-48).

A reprodução discursiva e ideológica tenta desempenhar uma formação de consenso na sociedade, e o poder derivado dela toma uma forma hegemônica, sendo uma das formas mais expressivas o controle da mente através do controle do contexto. Para Van Dijk (1999), o contexto é a estrutura, mentalmente representada, dos diversos elementos da situação social que são relevantes para a produção e a compreensão do discurso. A definição global da situação, seu espaço e tempo, as ações, os participantes e suas representações sociais, suas ações comunicativas, sociais ou institucionais são categorias que formam o contexto, assim como, as representações mentais dos indivíduos leitores, como seus conhecimentos, opiniões, atitudes e ideologias. O contexto se relaciona com o texto, compreendido aqui, como o acesso às estruturas de transmissão e reprodução da informação e do discurso, ou seja, as decisões de dominação sob o texto/discurso podem influenciar no contexto.

Nesse sentido, a Análise Crítica do Discurso precisará estar interligada ao texto e ao contexto, podendo ser compreendida em algumas categorias de análise, como a memória individual das pessoas, no que se refere aos conhecimentos e as opiniões, como o contexto, no que se refere à situação comunicativa em que se encontram os sujeitos representados e a memória social, que compõem os conhecimentos, crenças, valores e preconceitos compartilhados socialmente e culturalmente, conseqüentemente as representações sociais (VAN DIJK, 1999).

Destacamos aqui que, para van Dijk (2013), a compreensão de “cognição” é central nessa relação entre controle e contexto, na qual se configura tanto na perspectiva pessoal quanto na social, como por exemplo, as crenças, objetivos, avaliações e emoções e qualquer outra estrutura “mental” ou da “memória”, como as representações sociais ou os processos relacionados com o discurso e com a interação (VAN DIJK, 2013), Assim,

(...) precisamos nos concentrar nessas relações entre as estruturas discursivas e as estruturas da cognição social. Ao mesmo tempo, essa análise das estruturas discursivas e cognitivas deve, por sua vez, ser incorporada a uma teoria social, política ou cultural mais ampla das situações, contextos, instituições, grupos e relações globais de poder que possibilitem ou resultem de tais estruturas simbólicas. (VAN DIJK, 1993, p. 258-259).

E dando completude à compreensão dessa relação com a “sociedade”, na qual se expressa tanto no nível micro como as interações interpessoais, de memória e conhecimento pessoais, quanto ao nível macro como as estruturas sociais e políticas, definidas de acordo com a realidade de cada grupo e suas relações, podendo ser de dominância ou de desigualdade, além das suas relações com as instituições, organizações, processos sociais, sistemas políticos e culturais (VAN DIJK, 2013).

A Análise Crítica do Discurso – ACD tem uma atenção especial para o estudo das várias formas de significados implícitos no discurso, como implicaturas, pressuposições, alusões, ambiguidade entre outros. Uma informação é implícita quando ela pode ser deduzida do (significado do) texto, sem aparecer explicitamente expressa no texto. O que significa “que a informação implícita é parte do modelo mental dos (usuários) dos textos, mas não do texto em si” (VAN DIJK, 2013, p.362). Os significados implícitos estão relacionados às crenças e memórias das pessoas, mas não são diretos e completos, ou seja, não são precisamente declarados no discurso.

Para Van Dijk (2013), o modelo mental é utilizado para explicar as propriedades dos significados do discurso, ou seja, a coerência micro e macro, ou local e global, não são definidos somente pelas relações funcionais do discurso como generalização, especificação ou explanação, mas também pelas relações dos “fatos” referidos por essas proposições, como a relação de causa e consequência. No entanto, para o viés psicológico, não deveria ser definida assim a coerência, pois não são os fatos que definem, mas as formas que as pessoas interpretam esses fatos em seus modelos mentais. Essas interpretações são subjetivas, pessoais e imaginárias, ou seja, os discursos são interpretados como coerentes relacionados aos modelos mentais que as pessoas têm a respeito dos fatos. Tais modelos mentais “descrevem todas as crenças pessoais a respeito de um evento, ou seja, o seu conhecimento bem como as suas opiniões (e provavelmente as suas emoções também)” (VAN DIJK, 2013, p. 371).

Para tanto, os modelos referentes ao contexto são representações mentais na memória episódica, ou seja, é o acúmulo de longo prazo da memória que as pessoas guardam de seus conhecimentos e opiniões a respeito dos episódios apresentados no discurso. Nesse sentido, os modelos mentais consistem em

representações das dimensões pessoais (micro) e das sociais (macro) que são relevantes para aquela interpretação.

A compreensão de um discurso significa basicamente a capacidade de construir um modelo para ele. E, na produção, é o modelo mental do evento/situação que forma o ponto inicial do texto e da conversação. O que se lembra normalmente de um discurso não é o seu significado, mas o modelo mental que se constrói durante o processo de compreensão. (VAN DIJK, 2013, p. 371).

São através destes modelos que podemos analisar e explicar como as estruturas sociais influenciam e são influenciadas pelas estruturas discursivas, isso porque, os modelos mentais não representam apenas as crenças pessoais, mas as representações sociais e ideologias. A estrutura social está relacionada ao discurso de duas formas, primeiro por meio da representação social das pessoas e grupos, em segundo pela organização social desta estrutura, como suas instâncias e interações. O discurso, aqui definido, como um evento comunicativo, diz respeito a uma situação social que está relacionada com um território ou ambiente, com participantes e ações, mas essas descrições sociais só serão relevantes para o discurso quando representadas na mente relacionada com o contexto. (VAN DIJK, 2013).

Por conclusão, a aplicação da Análise Crítica do Discurso deve estar relacionada com os componentes discursivos, cognitivos e sociais. Primeiro, o componente discursivo e suas estruturas de textos, imagens e falas. Segundo, o componente cognitivo que pode ser analisado a partir das interpretações das representações sociais e das ações apresentadas. Terceiro, o componente social, que pode ser analisado a partir das intencionalidades políticas, utilizando do discurso para reprodução da dominação e da desigualdade, assim, teremos uma análise crítica completa (VAN DIJK, 2000).

Essa compreensão deveria ser estendida para os produtores de informação, ou seja, o entendimento sobre um determinado assunto deriva das estruturas e formas de produção dos discursos a partir de falas e textos, em especial na mídia. E essa produção de conteúdo deriva das relações entre as pessoas envolvidas e interessadas na informação, no tema em que se deseja produzir discursos. Ou seja, as relações de poder, compreendidas como relações de controle entre grupos sociais, têm uma dimensão social e cognitiva, sendo por um lado o controle das

ações e por consequência da reprodução dos discursos, por outro, o controle das cognições pessoais e socialmente compartilhadas, como modelos mentais, de conhecimentos, ações e ideologias, portanto, demarcamos aqui a reprodução discursiva e prática da desigualdade social e das discriminações (VAN DIJK, 2000). É perceptível que a demarcação dessas normas violadas não são absurdas. Pelo contrário, fazem parte das normas profissionais e da prática de reportagem coerente com a ética jornalística, que requer informações equilibradas, explicativas com causas e contextos sociais, contribuindo para o enfrentamento dos abusos de poder e reprodução das desigualdades. Desse modo, jornalistas

sabem e devem saber das consequências possíveis da reportagem tendenciosa sobre comunidades minoritárias e, portanto, devem ter muito cuidado para respeitar as normas gerais da reportagem profissional. Eles não precisam fechar os olhos para os delitos das minorias nem aplicar a autocensura, mas devem apenas aplicar suas próprias normas profissionais também ao fazer a cobertura jornalística sobre os “Outros” (VAN DIJK, 2015, p.31).

Compreende-se que as repetidas reproduções discursivas sobre grupos específicos como a população travesti e transexual, por exemplo, com enfoque nas questões criminais e de marginalização social, reafirmam atitudes transfóbicas socialmente compartilhadas na sociedade, e que deixam de ser somente opiniões pessoais para uma reprodução discursiva das desigualdades sociais.

4.2 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: UM RESULTADO DA REALIDADE

A Teoria das Representações Sociais (RS) apareceu na França na década de 60, tendo em Moscovici seu precursor, mas sua perspectiva teórica teve uma abrangência mundial na década de 80, em especial nas ciências sociais e humanas, de forma geral. Essa teoria está alicerçada em compreender que por trás das ações sociais das pessoas existe algo para além do racional e cognitivo, mas um conjunto amplo de significados criados e partilhados socialmente. “É todo um sistema de crenças e valores que todos possuímos e que não é apenas individual, mas que também é social” (GUARESCHI, 2000, p. 70). De toda forma, existem diversos estudos e contribuições para conceituar esse campo de pesquisa, de teoria, mas todos se relacionam com a premissa que as práticas sociais e discursivas estão

relacionadas a um conjunto de elementos sociais e históricos que formam os indivíduos e a sociedade.

Os autores De Rosa (1994) e Guareschi (1996) descrevem que as Representações Sociais (RS) possuem três níveis de discussões, sendo o primeiro nível: as Representações Sociais como um “fenômeno”, sendo assim um objeto de investigação dos elementos da realidade social. Em segundo nível: as RS como uma “teoria”, constituindo um conjunto de definições conceituais e metodológicas sobre sua elaboração. Em terceiro nível: as RS como uma “metateoria”, a qual traz refutações críticas a um pressuposto de teoria, lhe comparando com os modelos teóricos de outras teorias. Nesse sentido, as RS tentam teoricamente superar diversas dicotomias e questões levantadas pela Psicologia Social e pelos demais campos de estudo.

Observa-se uma questão central no campo teórico que é a dicotomia entre o individual e o social. Uma representação social é, ao mesmo tempo, tanto individual, pois necessita de um sujeito, como social, pois existe na “mente e na mídia” como cita Moscovici (2007). As representações sociais estão no imaginário das pessoas, mas não é a representação de uma única pessoa: para ser social ele necessita perpassar pela sociedade, distinguindo-se de uma representação mental, individual, mas indo ao encontro dos elementos sociais que constituem aquela representação/ideia (GUARESCHI, 2000).

Nesse sentido, as RS se interligam com os elementos internos e externos dos sujeitos, sendo interna, pois existe nas mentes das pessoas, em seu processo cognitivo e mental, mas sendo também externa, ultrapassando as dimensões intrapsíquicas e se concretizando em fenômenos sociais e culturais. Para isso, é importante compreendermos o processo que diferencia o aspecto material e sua representação. Uma representação social para ser objeto de conhecimento precisa passar por um processo de transformação antes de ser interiorizado pelas pessoas, não se trata de um reflexo automático, mas de um resultado da representação construída socialmente.

Moscovici (2007) aponta que existe uma diferença fundamental entre a ideologia e a representação social: a seu ver a ideologia é algo cristalizado, um conjunto de ideias estáticas, monolíticas e dificilmente modificadas, mas as representações sociais são modificáveis e podem ser transformadas na vida social.

O que não quer dizer que as representações sociais não estejam carregadas de elementos históricos e sociais que atravessam o tempo e continuam sendo contemporâneas, aliadas às normas sociais hegemônicas, em especial, em nossa análise sobre as representações sociais da população transexual e travesti, assim como, da manifestação da transfobia. “As RS não pressupõem um universo puramente estático, apesar de pressuporem certo grau de consensualidade. A teoria das RS tenta conceituar tanto o poder da realidade social e a ação dos sujeitos sociais.” (GUARESCHI, 2000, p. 76).

Portanto, pode-se dizer que as RS são realidades sociais e culturais, e não apenas produções simbólicas. Existindo tanto na sociedade como nas mentes das pessoas e não poderiam existir sem serem coletivamente percebidas e sentidas. É a partir da expressão e da estrutura das identidades e das condições sociais dos sujeitos que as representações sociais se reproduzem e se transformam. Elas são reproduzidas, em especial, pelas práticas de comunicação e produção de sentidos, relacionadas com o conhecimento histórico e social, mas também com a realidade cotidiana das pessoas que podem interpretá-las e transformá-las de diversas formas. Contudo, as pessoas não as encontram no vazio que precisa ser ocupado, mas num conjunto de elementos políticos, sociais, culturais e econômicos que as conformam (GUARESCHI, 2000).

Não seria possível existir representação sem estar vinculado a uma realidade objetiva, concreta. Os sujeitos não constroem todo o significado, mas suas redes de significados e suas relações sociais, imbricadas na realidade concreta, que traduzem e reproduzem as representações sociais. Com isso, podemos compreender que as representações sociais é o conhecimento do senso comum, da realidade concreta, compartilhada socialmente e socialmente construída que podem se expressar nas diversas dimensões da vida social.

Para França (2004, p.14) as representações sociais podem ser tomadas como “sinônimo de signos, imagens, formas ou conteúdos de pensamento, atividade representacional de indivíduos, conjunto de ideias desenvolvidas por uma sociedade”. No campo das ciências sociais, Minayo (1999, p. 158) aponta que as representações sociais são definidas como “categorias de pensamento, de ação e de sentimento que expressam a realidade, explicam-na, justificando-a ou questionando-a”. Entre os autores e as diversas contribuições sobre as

representações sociais, podemos destacar que as representações sociais estão localizadas como resultado de algum processo, em especial resultado da nossa ação, ou seja, sobre as imagens, leituras da realidade, interpretação e compreensão discursiva dos indivíduos e suas relações sociais.

Podemos pensar que as representações sociais refletem a realidade, correspondendo o que vivemos naquele momento, mas também como uma produção da mídia. As representações estão diretamente ligadas a um processo histórico e social, através da reflexão e da realidade daquele momento, o qual dinamiza, modifica e condiciona as práticas sociais. Essa análise não pode ser dissociada no processo comunicativo e suas relações com a mídia. Para França (2004):

A comunicação é esse processo em que imagens, representações são produzidas, trocadas, atualizadas no bojo das relações; esse processo em que sujeitos interlocutores produzem, se apropriam e atualizam permanentemente os sentidos que moldam seu mundo e, em última instância, o próprio mundo. Portanto, o lugar da comunicação (das práticas comunicativas) é um lugar constituinte – e o olhar (abordagem) comunicacional é um olhar que busca apreender esse movimento de constituição (FRANÇA, 2004, p. 23).

Nesse sentido, as representações sociais são fundamentais para a compreensão do lugar social que a população transexual e travesti é apresentada, mas em especial, qual a produção de sentido é dada a essas pessoas. As representações, compreendidas como um conjunto de elementos históricos, sociais e culturais, relacionados internamente e externamente com a interpretação individual dos sujeitos, podem ser observadas também na perspectiva coletiva enquanto sociedade. Esse processo está diretamente ligado à reprodução social dessas representações, assim como, das suas práticas sociais, sendo essencial para a nossa análise.

5 ANÁLISE DOS PORTAIS DE NOTÍCIAS ONLINE DO RN

Para a seguinte análise iremos trabalhar com cinco portais de notícias online do Rio Grande do Norte, a partir de uma pesquisa na internet dos portais de notícias locais que possuem maior circulação no Estado e disponibilização de informações cotidianas, assim como, que veicularam notícias referentes a pessoas transexuais e travestis no período estudado. Os quais são: Portal Agora RN; Portal No Minuto; Portal G1 RN; Portal VNT e Blog do BG, em um recorte temporal de cinco anos, de 2014 a 2018, analisando duas notícias de cada portal, somando-se dez notícias ao todo.

Nossa análise será dividida em duas partes, primeiro iremos analisar quais elementos discursivos configuram a transfobia na notícia, em um segundo momento iremos analisar quais as representações sociais que as pessoas transexuais e travestis são apresentadas nas notícias. Formulando assim, em nosso percurso da pesquisa dois quadros de análise, dividido por subtemas - categorias, um quadro analítico para a Transfobia, com categorias como: Manchete; linha fina; desrespeito ao nome social e exposição do nome de nascimento; pronomes e flexões de gênero; exposição indevida de pessoas ou identificação; e desrespeito à presunção de inocência. E o segundo quadro analítico para as Representações Sociais, utilizando subtemas como, por exemplo: envolvimento com o crime ou pessoas criminosas; relação com a prostituição ou com drogas; suspeita de cometer crime; e vítima de transfobia: violência de gênero e assassinato. Portanto, seguem as imagens das referidas notícias e suas tabelas - quadros analíticos.

Figura 1 - Notícia 01 Portal No Minuto

Travesti foragido da justiça é preso por roubo

Homem marcou encontro com prostituta, mas ao chegar ao motel, constatou que Valentina era Marcel.

Rafael Araújo/Polícia Civil , 11 de março de 2015

Compartilhar 0

Tweetar

Divulgação/Degepol



Um travesti identificado como Marcel Gomes do Nascimento, de 25 anos, foi preso na noite de ontem (10) pela Polícia Civil. Ele tem uma condenação de seis anos e quatro meses de prisão pela prática de assaltos em Ponta Negra.

A polícia chegou até Marcel depois que um homem procurou a delegacia para relatar que foi vítima de um roubo e um motel localizado no bairro de Felipe Camarão, na zona Oeste de Natal. Em seu relato, o homem disse que entrou em um site de relacionamento e agendou um programa com uma mulher que tinha colocado um anúncio com o nome de "Valentina Top".

Os dois marcaram o encontro para o motel, mas, quando o homem chegou ao local teve uma ingrata surpresa, e constatou que Valentina, na verdade chamava-se Marcel. O travesti anunciou o assalto exibindo uma faca e assim

levando da vítima a quantia de R\$ 50 e o seu telefone celular.

De acordo com as investigações da polícia, o crime aconteceu no dia 26 de fevereiro e através de filmagens os policiais constataram que o travesti chegou ao motel em um carro particular e que não passou mais de cinco minutos dentro do estabelecimento, o que faz com que a polícia acredite que não houve o programa entre a vítima e o travesti.

Depois de ouvir Marcel os policiais fizeram uma consulta na Delegacia de Capturas e Polinter – DECAP, e obtiveram a informação da existência do mandado de prisão de Marcel.

Fonte: Portal No Minuto (2015).

Tabela 1 - Análise da transfobia na notícia 01 do Portal No Minuto

CATEGORIAS	NOTÍCIA 01 - PORTAL NO MINUTO
Manchete	Travesti foragido da polícia é preso por roubo
Linha fina	Homem marcou encontro com prostituta, mas ao chegar ao motel, constatou que Valentina era Maciel.
Desrespeito ao nome social e exposição ao nome de nascimento	Um travesti identificado como Marcel Gomes do Nascimento

Pronomes e flexões de gênero	O/Um travesti / preso / foragido / ele
Exposição indevida de pessoa ou identificação	Sim. Nome, idade, território. Além da imagem.
Desrespeito à presunção de inocência	O travesti anunciou o assalto. É preso por roubo.

Fonte: A autora (2022).

Tabela 2 - Representação Social na notícia 01 do Portal No Minuto

CATEGORIAS	NOTÍCIA 01 - PORTAL NO MINUTO
Envolvimento com o crime ou pessoas criminosas	Travesti foragido da polícia / Ele tem uma condenação de 6 anos.
Relação com a prostituição ou com drogas	Homem marcou encontro com prostituta, mas ao chegar ao motel, constatou que Valentina era Maciel. Homem agendou um programa. Marcaram encontro para um motel.
Suspeita de cometer crime	O travesti anunciou o assalto exibindo uma faca. É preso por roubo.
Vítima de transfobia: violência de gênero e assassinato.	Não

Fonte: A autora (2022).

Figura 2 - Notícia 02 Portal No Minuto

Travesti é morto a tiros no bairro Pajuçara

Polícia ainda não tem informações sobre suspeitos e a motivação do crime ainda é desconhecida.

Rafael Araújo, 9 de setembro de 2015

[Tweeter](#)



Um travesti foi morto a tiros na noite desta terça-feira (8), no loteamento Brasil Novo, no bairro Pajuçara, na Zona Norte de Natal. De acordo com a polícia, a vítima ainda não foi identificada.

Segundo a polícia, o travesti, conhecido pelo nome de Paulinha, foi alvo de tiros enquanto trafegava pela rua Chico Serra. Após ser atingido na cabeça e no tórax, a vítima não resistiu e acabou morrendo em via pública.

Moradores da região não souberam ou não quiseram dar mais detalhes sobre o crime para a Polícia Militar. Uma equipe da Delegacia Especializada de Homicídios (Dehom) e

peritos do Instituto Técnico-Científico de Polícia (Itep) também estiveram no local para colher informações.

A polícia ainda não tem informações sobre suspeitos e a motivação do crime também segue desconhecida.

Fonte: Portal No Minuto (2015).

Tabela 3 - Análise da transfobia na notícia 02 do Portal No Minuto

CATEGORIAS	NOTÍCIA 02 - PORTAL NO MINUTO
Manchete	Travesti é morto a tiros no bairro Pajuçara
Linha fina	Polícia ainda não tem informações sobre suspeitos e a motivação do crime ainda é desconhecida
Desrespeito ao nome social e exposição ao nome de nascimento	O travesti conhecido pelo nome de Paulinha
Pronomes e flexões de gênero	O/um travesti.

Exposição indevida de pessoa ou identificação	Sim. Nome, idade, território. Além da imagem.
Desrespeito à presunção de inocência	Não

Fonte: A autora (2022).

Tabela 4 - Representação Social na notícia 02 do Portal No Minuto

CATEGORIAS	NOTÍCIA 02 - PORTAL NO MINUTO
Envolvimento com o crime ou pessoas criminosas	Não
Relação com a prostituição ou com drogas	Não
Suspeita de cometer crime	Não
Vítima de transfobia: violência de gênero e assassinato.	Um travesti foi morto a tiros. Atingido na cabeça e no tórax, a vítima não resistiu e acabou morrendo em via pública.

Fonte: A autora (2022).

Figura 3 - Notícia 01 do Portal Agora RN

Justiça

Acusado de matar travesti em 2014 vai a julgamento nesta quinta-feira em Mossoró

Segundo MP, a vítima foi morta por motivos fúteis e não teve chance de defesa; ela foi assassinada com vários golpes de faca peixeira após um programa mal-sucedido



Fim da Linha
20/09/2016 | 15:59

O Tribunal do Juri Popular (TJP) de Mossoró, julga nesta quinta-feira (22) Francisco Maxsuel Gomes Borges, de 25 anos, acusado de matar a facadas o travesti, Antônio Silvestre de Feitas Silva, conhecido popularmente como “Patrícia”, de 36 anos, e tentar matar Francisco Neuto de Souza Demétrio, vulgo “Natalia”. O crime aconteceu na madrugada do dia 29 de novembro de 2014, às margens da BR-304, próximo ao Clube da Cosern, em Mossoró, no Oeste do Rio Grande do Norte.

Segundo a denúncia do Ministério Público, a vítima foi morta por motivos fúteis e não teve chance de defesa. Patrícia, como era mais conhecida, foi assassinada com vários golpes de faca peixeira após um programa mal-sucedido. Após o crime, Maxsuel Gomes, que já era foragido da Justiça, fugiu para lugar incerto e não sabido, sendo preso apenas no dia 5 de janeiro de 2015, na residência de familiares no bairro Aeroporto II.

A sessão de julgamento começa às 8h30 desta quinta-feira (22), no auditório do Fórum Municipal Silveira Martins.

Reprodução das informações do Fim da Linha

Fonte: Portal Agora RN (2016)

Tabela 5 - Análise da transfobia na notícia 01 do Portal Agora RN

CATEGORIAS	NOTÍCIA 01 - PORTAL AGORA RN
Manchete	Acusado de matar travesti em 2014 vai a julgamento nesta quinta-feira em Mossoró
Linha fina	Segundo MP, a vítima foi morta por motivos fúteis e não teve chance de defesa; ela foi assassinada com vários golpes de faca peixeira após um programa mal-sucedido

Desrespeito ao nome social e exposição ao nome de nascimento	O travesti, Antônio Silvestre de Feitas Silva, conhecido popularmente como “Patrícia”. Francisco Neuto de Souza Demétrio, vulgo “Natalia”.
Pronomes e flexões de gênero	O/um travesti.
Exposição indevida de pessoa ou identificação	Sim, identificada por nome, idade, território. A imagem divulgada não se encontra mais disponível.
Desrespeito à presunção de inocência	Não

Fonte: A autora (2022).

Tabela 6 - Representação Social na notícia 01 do Portal Agora RN

CATEGORIAS	NOTÍCIA 01 – PORTAL AGORA RN
Envolvimento com o crime ou pessoas criminosas	Maxsuel Gomes, que já era foragido da Justiça (o cliente).
Relação com a prostituição ou com drogas	Foi assassinada com vários golpes de faca peixeira após um programa mal-sucedido.
Suspeita de cometer crime	Não
Vítima de transfobia: violência de gênero e assassinato.	A vítima foi morta por motivos fúteis e não teve chance de defesa. Assassinada com vários golpes de faca peixeira (Patrícia). E tenta matar (Natália).

Fonte: A autora (2022).

Figura 4 - Notícia 02 do Portal Agora RN

Crime

Travestis roubam arma de policial e atiram contra ele na zona Leste de Natal

Fato aconteceu na Rua Padre Lemos, segundo testemunhas o soldado estava com o carro parado na rua. As travestis roubaram a arma atiraram no homem e saíram correndo

Um policial militar foi baleado na manhã desta terça-feira, 20, por duas travestis na Praia do Meio, na zona Leste da capital. Fato aconteceu na Rua Padre Lemos, segundo testemunhas o soldado estava com o carro parado na rua. As travestis roubaram a arma atiraram no homem e saíram correndo.

De acordo com a polícia o militar é lotado no 11º Batalhão da PM, em Macaíba. A bala atingiu o braço da vítima que foi levada para o Pronto-Socorro Clóvis Sarinho, também na Zona Leste da capital. As travestis levaram a arma do policial.

Equipes da PM foram deslocadas para o local, caso está sendo investigado.

Fonte: Portal Agora RN (2018).

Tabela 7 - Análise da transfobia na notícia 02 do Portal Agora RN

CATEGORIAS	NOTÍCIA 02 - PORTAL AGORA RN
Manchete	Travestis roubam arma de policial e atiram contra ele na zona Leste de Natal
Linha fina	Fato aconteceu na Rua Padre Lemos, segundo testemunhas o soldado estava com o carro parado na rua. As travestis roubaram a arma atiraram no homem e saíram correndo
Desrespeito ao nome social e exposição ao nome de nascimento	Não
Pronomes e flexões de gênero	Não
Exposição indevida de pessoa ou identificação	Não

Desrespeito à presunção de inocência	As travestis roubaram a arma, atiraram no homem e saíram correndo. As travestis levaram a arma do policial.
--------------------------------------	---

Fonte: A autora (2022).

Tabela 8 - Representação Social na notícia 02 do Portal Agora RN

CATEGORIAS	NOTÍCIA 02 - PORTAL AGORA RN
Envolvimento com o crime ou pessoas criminosas	Um policial militar foi baleado por duas travestis na Praia do Meio. A bala atingiu o braço da vítima
Relação com a prostituição ou com drogas	Por duas travestis na Praia do Meio, na zona Leste da capital.
Suspeita de cometer crime	As travestis roubaram a arma, atiraram no homem e saíram correndo. As travestis levaram a arma do policial.
Vítima de transfobia: violência de gênero e assassinato.	Não

Fonte: A autora (2022).

Figura 5 - Notícia 01 do Portal VNT

Travesti é morto a facadas em frente a motel em Mossoró, RN

11:24
VNT ONLINE

Share To: [f](#) [Twitter](#) [G+](#) [in](#) [Pinterest](#) [SoundCloud](#) [RSS](#)

No VNT do G1 RN - 29/11/2014



Travesti foi morto em Mossoró na manhã deste sábado (29) (Foto: Marcelino Neto/G1)

Um travesti foi morto a facadas e outro ferido na manhã deste sábado (29) após uma briga em frente a um motel em Mossoró, cidade da região Oeste do Rio Grande do Norte. Segundo a Polícia Civil, um homem se recusou a pagar um programa e iniciou uma confusão no motel. O maranhense Antônio Silvestre, conhecido por "Patrícia", tentou ajudar o colega e acabou assassinado. O suspeito, que ainda não foi identificado, está foragido.

O motel fica às margens da BR 304. Segundo informações da Polícia Civil, um travesti cearense identificado por "Natália" saiu do motel discutindo com o cliente. Na rua, os dois iniciaram uma pancadaria. O homem saiu do local e voltou armado com uma faca, ferindo Natália.

Antônio Silvestre viu a confusão e foi ajudar o colega. Ele acabou atingido por quatro golpes na barriga e morreu no local. Natália foi socorrida para o hospital regional Tarcísio Maia, onde ainda está internada.

O suspeito fugiu em uma moto logo após o crime. A Polícia Civil de Mossoró já iniciou as investigações do assassinato. As imagens das câmeras de segurança do motel foram requisitadas e devem auxiliar a polícia na identificação do suspeito.

Fonte: Portal VNT (2014).

Tabela 9 - Análise da transfobia na notícia 01 do Portal VNT

CATEGORIAS	NOTÍCIA 01 - PORTAL VNT
Manchete	Travesti é morto a facadas em frente a motel em Mossoró, RN
Linha fina	Não consta

Desrespeito ao nome social e exposição ao nome de nascimento	O maranhense Antônio Silvestre, conhecido por "Patrícia".
Pronomes e flexões de gênero	Um travesti foi morto a facadas e outro ferido. O colega. Assassinado. Ele
Exposição indevida de pessoa ou identificação	Sim. Nome, território. Imagem do local do crime.
Desrespeito à presunção de inocência	Não

Fonte: A autora (2022).

Tabela 10 - Representação Social na notícia 01 do Portal VNT

CATEGORIAS	NOTÍCIA 01 - PORTAL VNT
Envolvimento com o crime ou pessoas criminosas	Após uma briga em frente a um motel em Mossoró. Na rua, os dois iniciaram uma pancadaria. Viu a confusão e foi ajudar o colega.
Relação com a prostituição ou com drogas	Um homem se recusou a pagar um programa e iniciou uma confusão no motel
Suspeita de cometer crime	Não

<p>Vítima de transfobia: violência de gênero e assassinato.</p>	<p>Um travesti foi morto a facadas e outro ferido. Antônio Silvestre, conhecido por "Patrícia", tentou ajudar o colega e acabou assassinado. O homem saiu do local e voltou armado com uma faca, ferindo Natália. Antônio Silvestre viu a confusão e foi ajudar o colega. Ele acabou atingido por quatro golpes na barriga e morreu no local. Natália foi socorrida para o hospital regional Tarcísio Maia, onde ainda está internada.</p>
---	--

Fonte: A autora (2022).

Figura 6 - Notícia 02 do Portal VNT

Travesti é baleado durante atentado na Capitão Mor Gouveia em Natal

Um travesti ainda não identificado foi vítima de pelo menos três tiros ao desembarcar de um táxi, na manhã desta quinta-feira (14), na Avenida Capitão Mor Gouveia, no bairro Cidade da Esperança, zona Oeste de Natal. O suspeito do atentado fugiu após roubar moto de um entregador de água mineral.

De acordo com o ambulante Edmundo Silva o atirador estava aguardando a chegada da vítima e no momento que o táxi parou os tiros foram efetuados. "Foram cinco tiros e queima roupa, ele nem esperou o travesti descer", disse.

A vítima baleada foi socorrida por uma equipe do SAMU e não corre risco de morte. O suspeito fugiu em direção ao bairro Nazaré, mas antes abordou um entregador de água mineral levando a motocicleta dele. A polícia foi acionada, mas ninguém foi preso.

Fonte: Portal VNT (2016).

Tabela 11 - Análise da transfobia na notícia 02 do Portal VNT

CATEGORIAS	NOTÍCIA 02 - PORTAL VNT
------------	-------------------------

Manchete	Travesti é baleado durante atentado na Capitão Mor Gouveia em Natal
Linha fina	Não consta
Desrespeito ao nome social e exposição ao nome de nascimento	Não. “Um travesti ainda não identificado”.
Pronomes e flexões de gênero	Um travesti ainda não identificado.
Exposição indevida de pessoa ou identificação	Imagem divulgada encontra-se indisponível.
Desrespeito à presunção de inocência	Não.

Fonte: A autora (2022).

Tabela 12 - Representação Social na notícia 02 do Portal VNT

CATEGORIAS	NOTÍCIA 02 - PORTAL VNT
Envolvimento com o crime ou pessoas criminosas	O atirador estava aguardando a chegada da vítima e no momento que o táxi parou os tiros foram efetuados. O suspeito do atentado fugiu após roubar moto de um entregador de água mineral.
Relação com a prostituição ou com drogas	Não
Suspeita de cometer crime	Não
Vítima de transfobia: violência de gênero e assassinato.	Foi vítima de pelo menos três tiros ao desembarcar de um táxi. Foram cinco tiros e queima roupa, ele nem esperou o travesti descer.

Fonte: A autora (2022).

Figura 7 - Notícia 01 do Portal G1

09/09/2015 07h58 - Atualizado em 09/09/2015 08h32

Travesti é morta a tiros na Zona Norte de Natal

Crime aconteceu na noite desta terça (9) no bairro Pajuçara. Vítima foi atingida por pelo menos três tiros na cabeça à queima-roupa.

Do G1 RN

Uma travesti foi assassinada a tiros na noite desta terça-feira (8) no bairro de Pajuçara, na Zona Norte de **Natal**. A vítima foi atingida por, pelo menos, três tiros na cabeça, disparados à queima-roupa.

O crime aconteceu na rua Chico Serra, no loteamento Brasil Novo. Francisco Paulo Martins Santana, de 21 anos, foi morto a tiros. A travesti estava acompanhada de duas pessoas na última vez em que foi vista. Não havia ninguém na rua no momento do assassinato, de acordo com a Polícia Militar. Um dos disparos atingiu o portão de uma casa. Quando a equipe da PM chegou ao local, Francisco Paulo já estava morto.

A irmã da vítima, que preferiu não ser identificada, disse que Francisco tinha envolvimento com drogas e fazia programas. A Delegacia Especializadas em Homicídios (Dehom) vai investigar o caso.

Fonte: Portal G1 (2015).

Tabela 13 - Análise da transfobia na notícia 01 do Portal G1

CATEGORIAS	NOTÍCIA 01 - PORTAL G1
Manchete	Travesti é morta a tiros na Zona Norte de Natal
Linha fina	Crime aconteceu na noite desta terça (9) no bairro Pajuçara. Vítima foi atingida por pelo menos três tiros na cabeça à queima-roupa.
Desrespeito ao nome social e exposição ao nome de nascimento	Francisco Paulo Martins Santana. Não utiliza o nome social.

Pronomes e flexões de gênero	Foi morto
Exposição indevida de pessoa ou identificação	Sim. Nome, idade, território. A imagem encontra-se indisponível.
Desrespeito à presunção de inocência	Não

Fonte: A autora (2022).

Tabela 14 - Representação Social na notícia 01 do Portal G1

CATEGORIAS	NOTÍCIA 01 - PORTAL G1
Envolvimento com o crime ou pessoas criminosas	Não
Relação com a prostituição ou com drogas	A irmã da vítima disse que Francisco tinha envolvimento com drogas e fazia programas.
Suspeita de cometer crime	Não
Vítima de transfobia: violência de gênero e assassinato.	Uma travesti foi assassinada a tiros. A vítima foi atingida por, pelo menos, três tiros na cabeça, disparados à queima-roupa.

Fonte: A autora (2022).

Figura 8 - Notícia 02 do Portal G1

22/10/2016 09h36 - Atualizado em 22/10/2016 09h36

Em Natal, travesti é morta a facada e companheiro preso em flagrante

Crime aconteceu na noite desta sexta (21) no bairro Nazaré. Julia Sofia, de 20 anos, foi morta com uma facada dentro de casa.

Do G1 RN



Travesti foi morta dentro de casa
(Foto: Reprodução/Arquivo da família)

Uma travesti foi assassinada a facadas na noite desta sexta-feira (21) no bairro Nazaré, Zona Oeste de **Natal**. O companheiro da vítima, suspeito do crime, foi preso em flagrante pela Polícia Militar. Márcio Marques Evangelista, conhecido como Julia Sofia, de 20 anos, morreu dentro de casa.

O criminoso usou uma faca de cozinha para atingir Julia. O suspeito preso pela PM já tem passagem na polícia. Ele foi apreendido quando adolescente por causa de um assalto.

O jovem é usuário de drogas e, segundo a família Julia Sofia, as brigas do casal eram geralmente por causa de dinheiro para alimentar o vício.

A mãe e a irmã de da travesti foram à delegacia e não quiseram falar com a imprensa. Elas pediram justiça para que o suspeito fique preso.

Fonte: Portal G1 (2016).

Tabela 15 - Análise da transfobia na notícia 02 do Portal G1

CATEGORIAS	NOTÍCIA 02 - PORTAL G1
Manchete	Em Natal, travesti é morta a facada e companheiro preso em flagrante

Linha fina	Crime aconteceu na noite desta sexta (21) no bairro Nazaré. Julia Sofia, de 20 anos, foi morta com uma facada dentro de casa.
Desrespeito ao nome social e exposição ao nome de nascimento	Márcio Marques Evangelista, conhecido como Julia Sofia.
Pronomes e flexões de gênero	Conhecido como Julia Sofia
Exposição indevida de pessoa ou identificação	Nome, idade, território. Além da imagem.
Desrespeito à presunção de inocência	Não

Fonte: A autora (2022).

Tabela 16 - Representação Social na notícia 02 do Portal G1

CATEGORIAS	NOTÍCIA 02 - PORTAL G1
Envolvimento com o crime ou pessoas criminosas	O companheiro da vítima, suspeito do crime, foi preso em flagrante pela Polícia Militar. O suspeito preso pela PM já tem passagem na polícia. Ele foi apreendido quando adolescente por causa de um assalto.
Relação com a prostituição ou com drogas	O jovem é usuário de drogas e, segundo a família Julia Sofia, as brigas do casal eram geralmente por causa de dinheiro para alimentar o vício.
Suspeita de cometer crime	Não

Vítima de transfobia: violência de gênero e assassinato.	Uma travesti foi assassinada a facadas. O criminoso usou uma faca de cozinha para atingir Julia.
--	--

Fonte: A autora (2022).

Figura 9 - Notícia 01 do Portal Blog do BG

Polícia

Travesti é assassinado com vários tiros na zona norte

20/01/2014 08h54



Um travesti de identidade confirmada como Alexandre Nascimento de Araújo, de 22 anos, conhecido como Cristal, foi assassinado a tiros na noite desse domingo (19), por volta de 21h, no conjunto Santa Catarina, zona Norte de Natal, na Avenida Florianópolis, por volta das 21h.

Segundo a Polícia Militar, a vítima estava em uma esquina junto com outro travesti, local que normalmente frequentava, quando um homem em uma motocicleta se aproximou e efetuou vários tiros de calibre a ser confirmado. Na ocasião, o segundo travesti conseguiu correr do local e não foi atingido.

Até o momento não se tem informação da motivação do crime. Diligências realizadas pelo 4º Batalhão de Polícia Militar não encontraram nenhum suspeito.

Fonte: Portal Blog do BG (2014).

Tabela 17 - Análise da transfobia na notícia 01 do Portal Blog do BG

CATEGORIAS	NOTÍCIA 01 - PORTAL BLOG DO BG
Manchete	Travesti é assassinado com vários tiros na zona norte
Linha fina	Não consta

Desrespeito ao nome social e exposição ao nome de nascimento	Um travesti de identidade confirmada como Alexandre Nascimento de Araújo, conhecido como Cristal.
Pronomes e flexões de gênero	Um travesti. Assassinado. Outro travesti.
Exposição indevida de pessoa ou identificação	Nome, idade, território. Sem imagem.
Desrespeito à presunção de inocência	Não

Fonte: A autora (2022).

Tabela 18 - Representação Social na notícia 01 do Portal Blog do BG

CATEGORIAS	NOTÍCIA 01 - PORTAL BLOG DO BG
Envolvimento com o crime ou pessoas criminosas	Não
Relação com a prostituição ou com drogas	A vítima estava em uma esquina junto com outro travesti, local que normalmente frequentava.
Suspeita de cometer crime	Não
Vítima de transfobia: violência de gênero e assassinato.	Foi assassinado a tiros. Um homem em uma motocicleta se aproximou e efetuou vários tiros de calibre. Na ocasião, o segundo travesti conseguiu correr do local e não foi atingido.

Fonte: A autora (2022).

Figura 10 - Notícia 02 do Portal Blog do BG

Polícia

Confusão em saída de motel termina com travesti morto e outro esfaqueado em Mossoró

29/11/2014 08h33



Uma confusão na saída de um Motel terminou com um travesti morto e outro esfaqueado em Mossoró. O crime foi registrado na manhã deste sábado, as margens da BR- 304, próximo ao viaduto de acesso ao Shopping e a Universidade Potiguar.

Segundo informações, um travesti identificado como “Natalia” natural do estado do Ceará, saiu de um motel discutindo com um cliente, e já no meio da rua, a discussão terminou em pancadaria. O cliente foi embora e voltou armado com uma faca peixeira e continuou a briga com “Natalia”, que foi esfaqueada pelo suposto cliente.

Outro travesti, identificado como Antônio Silvestre e conhecido como “Patrícia”, de aproximadamente 35 anos de idade, natural do estado do Maranhão, saiu em defesa e foi morto pelo cliente do amigo. Ele sofreu 4 perfurações e morreu no local. “Natalia” foi socorrida para o Tarcísio Maia.

Com informações de O Câmera

Fonte: Portal Blog do BG (2014).

Tabela 19 - Análise da transfobia na notícia 02 do Portal Blog do BG

CATEGORIAS	NOTÍCIA 02 - PORTAL BLOG DO BG
Manchete	Confusão em saída de motel termina com travesti morto e outro esfaqueado em Mossoró
Linha fina	Não consta

Desrespeito ao nome social e exposição ao nome de nascimento	Identificado como Antônio Silvestre e conhecido como “Patrícia”. Um travesti identificado como “Natalia”
Pronomes e flexões de gênero	Um travesti. Um morto e outro esfaqueado. Amigo. Ele.
Exposição indevida de pessoa ou identificação	Sim. Nome, idade, território. Sem utilização de imagem.
Desrespeito à presunção de inocência	Não

Fonte: A autora (2022).

Tabela 20 - Representação Social na notícia 02 do Portal Blog do BG

CATEGORIAS	NOTÍCIA 02 - PORTAL BLOG DO BG
Envolvimento com o crime ou pessoas criminosas	Uma confusão na saída de um Motel. O cliente foi embora e voltou armado com uma faca peixeira e continuou a briga
Relação com a prostituição ou com drogas	Uma confusão na saída de um Motel. Cliente.
Suspeita de cometer crime	Não
Vítima de transfobia: violência de gênero e assassinato.	Um travesti morto e outro esfaqueado. Foi esfaqueada pelo suposto cliente. Ele sofreu 4 perfurações e morreu no local.

Fonte: A autora (2022).

5.1 RESULTADOS

As dez notícias analisadas dos diferentes cinco portais de notícias online do Rio Grande do Norte não têm somente como semelhança se reportarem sobre casos noticiosos que se referem às pessoas transexuais e travestis, mas elementos discursivos semelhantes no que tange a reprodução de um discurso transfóbico e conseqüentemente na sua contribuição para a representação social desta população através da mídia.

Para analisarmos os resultados seguiremos a ordem das categorias apresentadas nas duas tabelas analíticas, primeiro para a análise da transfobia nas notícias e em seguida das categorias para a representação social da população transexual e travesti. Nesse sentido, destacamos que essas categorias foram selecionadas a partir da análise discursiva das notícias, encontrando quais os principais elementos textuais e sociais se repetiam pela sua quantidade, mas também pela sua conformação de um discurso semelhante.

Portanto, iniciaremos pelas manchetes e linhas finas, as quais apresentam elementos do sensacionalismo, em especial nos sentidos da violência, comum nas notícias policiais, mas que configuram a proximidade das personagens transexuais e travestis desse tipo e contexto de informação. Angrimani (1986) aponta uma desvalorização desse tipo de notícia e conseqüentemente uma desvalorização dos sujeitos violados. Trata-se de uma satisfação pública em consumir esse tipo de notícia, assim como, é esvaziada de conteúdo, pois o que importa é o sádico, o atraente violento que se expressa nas manchetes. Morales (2014) faz uma reflexão que esse tipo de informação amplia a violência como uma linguagem que comunica algo, sendo assim, a mídia um amplificador desta linguagem.

Se pensarmos o desrespeito ao nome social e a exposição ao nome de nascimento das pessoas transexuais e travestis noticiadas, teremos em então uma totalidade nas notícias analisadas. O direito à identidade de gênero é se não, o primeiro a ser negado, o primeiro a não ser reconhecido. É o que poderíamos apontar através de Bento (2018) como um processo de invisibilização, mas também de eliminação dessas identidades, as quais rompem com as normas sociais de gênero. Não é atribuída legitimidade as suas identidades de gênero por serem

pessoas transexuais e travestis, as quais ao terem seu nome social negado e seu nome de nascimento exposto, são mais uma vez violentadas. Essa categoria é essencial para “desmoralizar” essas pessoas, para “elucidar” que elas são eles, que elas não constituem de uma “verdade”, mas que naquele momento do consumo da notícia a “verdade” é revelada ao terem seu nome de nascimento publicizado. Marca-se a partir daí um conjunto de representações, ao revelar um nome que não as representam, mas que na sociedade é representado socialmente como sujeitos desviantes, inferiorizados.

O que diferencia as performances das/os mulheres/homens biológicas/os das/os transexuais é a legitimidade que as normas de gênero conferem a cada uma delas, instaurando, a partir daí, uma disputa discursiva e uma produção incessante de discursos sobre legitimidade de algumas existirem e de outras serem silenciadas e eliminadas (BENTO, 2008, p. 38).

A mesma reflexão se aplica para o uso indevido dos pronomes e flexões de gênero que vai desde a manchete, passando por todo o texto e reiterado nos comentários e compartilhamentos. Percebe-se aqui uma naturalização do tratamento errôneo de acordo com a identidade de gênero apresentada, mesmo ao citar o nome social que corresponde ao gênero feminino, ao ser mulher, o que parece ser despercebido, mas não é. Não há dúvidas dos pronomes ou flexões de gênero nessas notícias. Não há dúvidas em relação ao sexo ou gênero das pessoas noticiadas. Essas notícias assumem no discurso escrito e reproduzido que se trata de pessoas transexuais e travestis e que as mesmas devem ser tratadas pelo sexo designado ao nascimento, expondo seu nome e pronomes em desacordo com sua identidade e expressão social de gênero. Para esse tipo de discurso não há erros e sim acertos.

Nos discursos e nas relações sociais hierarquizadas da ordem de gênero, as travestis são representadas no masculino e, frequentemente, em situações degradantes ou violentas. O rosto não se autorrepresenta, contudo é (mal) representado e, então, desumanizado. (BUTLER, 2011, p. 27).

Seguindo pelas categorias, a exposição indevida de pessoas ou sua identificação, em especial, da população transexual e travesti é algo corriqueiro nas notícias, primeiro que não se tem a intenção de preservar a imagem ou assegurar os direitos dessa população, segundo porque as são apresentadas, em sua maioria

como criminosas ou vítimas, as quais precisam ser cada vez mais reveladas e exploradas. Quanto mais caracterizar melhor para o imaginário de uma cena violenta, de um fato comercializado pela dor do outro. Essa exposição contribui para um processo de desumanização dos sujeitos violados, da falta de empatia e da naturalização da violência como o único caminho a ser encontrado, sendo “uma realização da desumanização e uma condição para a violência” (BUTLER, 2011, p. 27). É presente na análise uma oscilação dessa exposição, que pode ser configurada não só pela imagem/fotografia, mas pela identificação dessas pessoas através do nome, território e demais características, além de parte das fotografias não estarem mais disponíveis nos portais online. Nesse sentido, a reflexão é apresentada a partir dos elementos que caracterizam a população transexual e travesti, levando em conta, também sua exposição indevida e identificação, as quais contribuem para as violações de direitos e conseqüentemente para a sua representação social, ambas relacionadas com a realidade local noticiada.

Com isso, não poderia ser diferente com o desrespeito à presunção de inocência nas notícias. Antes da população transexual e travesti serem julgadas por cometerem possíveis crimes, serão julgadas pela moral, pelas normas patriarcais, por serem quem são. Ao mesmo tempo, que um conjunto de elementos de sua representação social lhe colocará num lugar social na qual prioritariamente será culpada, duvidada e estigmatizada, como aponta (JESUS, 2013, p. 110): “Frequentemente culpabilizam-se as vítimas pelos eventos ocorridos. A transgressão da norma de gênero é apresentada como uma falha individual e que pode ser punida em razão de seu caráter desviante”.

Partindo para a segunda tabela analítica referente às representações sociais, podemos destacar o envolvimento das personagens com o crime ou pessoas criminosas. Percebe-se que essa relação social está articulada com as questões de gênero, mas também com elementos econômicos, ou seja, com a classe social e as desigualdades. A vulnerabilidade socioeconômica é resultado de um processo histórico que acompanha a vida social da maioria da população transexual e travesti no Brasil, não sendo diferente no Rio Grande do Norte. “Nesse regime, as discriminações e exclusão social que acompanham a estigmatização da vivência trans” (JESUS, 2013, p.113) podem ser apreendidas desde a expulsão do seio familiar, do ambiente escolar, a negação do nome social, a ridicularização e

perseguição nos lugares públicos, à negação ao acesso do mercado de trabalho entre outros exemplos apresentados pela autora que traz uma questão a tona “como escapam essas vidas?”.

Relação com a prostituição ou com drogas encontra-se na maioria das notícias e fazem parte não somente do imaginário social, mas também de um processo histórico que compõem a formação social do povo brasileiro, suas desigualdades e exploração. Essa marginalização dos corpos transexuais e travestis contribuem para a manutenção das normas patriarcais de gênero, ao mesmo tempo, que excluem os sujeitos desviantes do centro da sociedade. “Essas verdades são repetidas por diversos caminhos, por várias instituições. A invisibilidade é um desses mecanismos, e quando o “outro”, “o estranho”, “o abjeto” aparece no discurso, é para ser eliminado” (BENTO, 2008, p. 32).

Nesse sentido, a suspeita de cometer crimes é facilmente encontrada nas notícias, de ocupar um lugar social de inferiorização e até mesmo de “perigo”. A violência contra essa população é invisibilizada e naturalizada, mas quando se trata de excluir e criminalizar, essa violência é visível e concreta, colocando-as no centro do debate, apontando-se o esperado: são criminosas, são perigosas. E sem reflexão social sobre esse processo, segue a manutenção e o funcionamento das normas de gênero, em especial da transfobia. “É um processo de dar vida, através do discurso, para imediatamente mata-lo” (BENTO, 2008, p. 32).

Por fim, no campo das categorias trabalhadas para as representações sociais da população transexual e travesti encontram-se como vítimas da transfobia: violência de gênero e assassinato. Sem dúvida as notícias apresentam em sua maioria o assassinato ou a sua tentativa, apesar de não relaciona-las com a violência de gênero, muito menos com a transfobia, pelo contrário, quando não as apresentam como culpadas pela própria morte, relatam ser desconhecido os motivos pelos crimes de ódio, caracterizado pelos vários tiros e facadas como anunciado.

Acaba-se produzindo uma hierarquia das mortes: algumas merecem mais atenção do que outras. Um dos critérios para se definir a posição que cada assassinato deve ocupar na hierarquia dos operadores do Direito parece ser a conduta da vítima em vida. Nessa cruel taxonomia, casos de pessoas transexuais assassinadas ocupam uma posição mais inferior. É como se houvesse um subtexto: “quem mandou se comportar assim?”. Essa taxonomia acaba (re)produzindo uma pedagogia da intolerância”. (BENTO, 2018, p. 127-128).

Outro elemento importante para observação é a utilização do termo travesti nas notícias ao invés do termo transexual. Isso se dá por alguns motivos, primeiro pela utilização do termo travesti ser mais antigo que o termo transexual no Brasil, assim como, ser ainda frequente sua utilização no cotidiano das pessoas que podem até desconhecer o termo transexual, mais em nosso país do que em outros países, ou seja, dado o processo histórico na América Latina em utilizar esse termo como primeiro para designar as pessoas que transitam de um gênero de nascimento para um gênero o qual se reconhecem socialmente ainda demarcam sua representação social. Em muitos casos o termo travesti pode ser usado ou compreendido como um termo pejorativo e diminutivo em relação ao “não ser mulher”. Por outro lado, é também um termo reconhecido e reivindicado por parte do movimento transexual brasileiro como forma de ressignificar a história e afirmar essa identidade como um processo de resistência frente às normas patriarcais de gênero (JESUS, 2012).

A violência contra a população transexual e travesti não só está nas manchetes das notícias, mas na sua realidade social. Não seria diferente noticiar o que mais acontece e nesse caso os assassinatos são registros que a própria mídia contribui na notificação pública dos acontecimentos, mas as formas como são noticiadas geram diversas críticas no sentido das violações dos direitos humanos e no tratamento do fato, em especial pela não reflexão com os problemas sociais, com o preconceito e falta de proteção social para uma população que é consideravelmente vítima de uma sociedade marcada pelas normas patriarcais de gênero e suas desigualdades. Não há dúvidas que “cruzar os limites dos gêneros é colocar-se em uma posição de risco” (BENTO, 2008, p.127). Esse risco, como já foi retratado, se manifesta nas diversas dimensões da vida social, e no caso das notícias, marcam o cenário e a representação social de uma população marcada pela morte.

A morte pode ser banalizada, assim como, as diversas formas de violência, que perdem seu valor de notícia como crítica social e ganham espaço para serem somente mais um caso, mais um destino que se cumpre. Jesus (2013) reflete que existe uma visibilidade com o objetivo de desumanizar as pessoas transexuais e travestis, que apresenta seus corpos brutalizados pelas violências e “superexposto, de maneira espetacularizada, conforme vemos em canais de mídia” (JESUS, 2013, p. 118).

Dessa forma, compreender a Análise Crítica do Discurso nos faz refletir para além do texto discursivo e apreender os elementos sociais, culturais e políticos por trás das notícias, em especial, a sua reprodução da desigualdade. Van Dijk (2015) aponta que as relações entre discurso e poder social exercem esse poder como forma de controle social, ressaltando que essa relação com a estrutura ideológica é essencial para a manutenção do poder social, compreendendo as cognições socialmente compartilhadas e seus interesses. “Essa base ideológica é adquirida, mantida ou alterada, através da comunicação e do discurso” (VAN DIJK, 2015, p. 34). Nesse sentido, as notícias aqui analisadas, com um recorte importante, de serem notícias locais divulgadas pelos portais online, nos fazem perceber que as mesmas representam não somente a divulgação de informações, mas a reprodução de uma realidade e conseqüentemente sua manutenção na prática social como algo naturalizado, tendo em vista, as normas sociais de gênero e sua hegemonia. “Intencionalmente, o uso de uma ideologia proporciona a necessária coerência às atitudes sociais para transformá-las nas práticas sociais” (VAN DIJK, 2015, p. 35).

Essa compreensão é ampliada através das Representações Sociais como parta da análise no sentido de compreender como essas notícias contribuem para a formação do imaginário e da produção de sentido no que se refere à população transexual e travesti. Não somente categorizar os elementos da prostituição, envolvimento com crimes, assassinatos e negação da identidade de gênero, por consequência da humanidade, mas perceber como esse conjunto de elementos conformam a representação desta população na sociedade, e a partir disso, refletir como essa representação está relacionada com a reprodução social da desigualdade e da naturalização da violência contra esta população. Moscovici (2007) aponta que nós pensamos através da linguagem e organizamos nossos pensamentos de acordo com o sistema que estamos condicionados, tanto pelas representações como pela cultura. “Categorizar alguém ou alguma coisa significa escolher um dos paradigmas estocados em nossa memória e estabelecer uma relação positiva ou negativa com ele” (MOSCOVICI, 2007, p. 63).

Nesse sentido, quais memórias? Quais as referências ou representações sociais da população transexual e travesti? Analisar como esta população é apresentada nas notícias é central para compreendermos o lugar social no qual a maioria ocupam na sociedade, não por um acaso, mas como resultado de um

processo histórico e social. As representações sociais, reproduzidas nos diversos espaços, e nesse caso, nas notícias dos portais locais online, são:

Objeto de um permanente trabalho social, no e através do discurso, de tal modo que cada novo fenômeno pode sempre ser reincorporado dentro de modelos explicativos e justificativos que são familiares, e, conseqüentemente, aceitáveis (MOSCOVICI, 2007, p. 216).

Partindo dessas análises apresentadas que relacionam a análise crítica do discurso, das representações sociais e da manifestação da transfobia, nos esforçamos para pensar como essa relação se apresenta no discurso e conseqüentemente nas notícias. Tendo como base os autores trabalhados, e o modelo apresentado por Van Dijk (2000) no qual é intitulado “Círculo Discurso - Cognição – Sociedade”, no qual o primeiro componente é o discursivo, ou seja, composto pelas estruturas de textos e falas, uso lexical e estruturas gramaticais. Em segundo, o componente cognitivo que pode ser analisado a partir das interpretações e explicações hegemônicas. E por fim, o terceiro componente que é o social, refletindo como esse discurso pode ser utilizado com propósitos políticos e na reprodução da dominação de determinados grupos e das desigualdades.

Nesse sentido, podemos apresentar a seguinte análise sobre a manifestação da transfobia (discurso transfóbico) nas notícias, e conseqüentemente na mídia. A qual é apresentada pelo seguinte esquema “Discurso Transfóbico – Reprodução Social – Representação Social”.

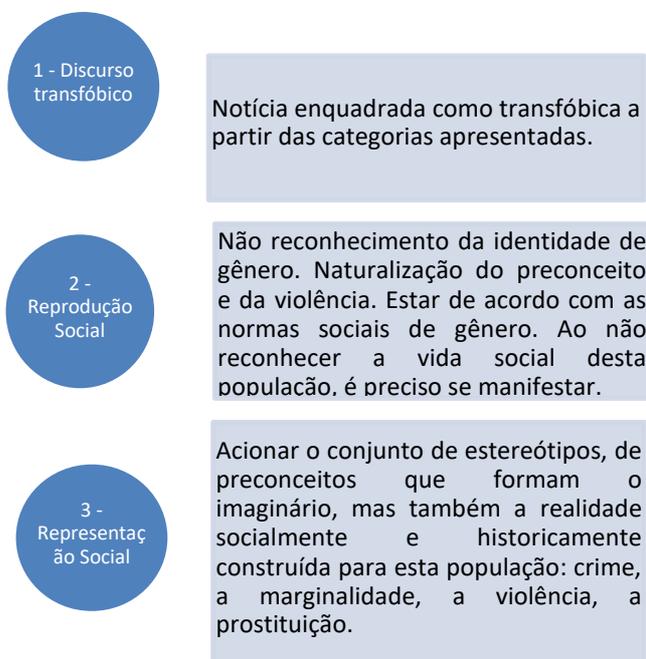
Primeiro, o elemento discursivo e nesse caso trata-se de um discurso transfóbico, ou seja, um discurso que se encontra representado nas categorias de análise da transfobia, a qual apresentamos nas tabelas analíticas das notícias. Nesse sentido, trata-se de um discurso, por exemplo, que não respeita o nome social e expõem o nome de nascimento, que utiliza de forma errônea os pronomes e flexões de gênero, o qual não respeita a identidade de gênero das pessoas transexuais e travestis entre outros.

Em segundo, a reprodução social, quando o enunciador está de acordo com as normas sociais de gênero e naturaliza a transfobia na notícia, ou seja, ao expor o nome de nascimento não compreende ser um problema ou uma violência, pelo contrário, está utilizando o nome “verdadeiro”, o pronome “verdadeiro” de acordo com o sexo designado no nascimento. Ao não reconhecer a identidade de gênero

dessas pessoas e ao reconhecer as normas sociais de gênero hegemônicas, é preciso se manifestar enquanto sujeito, afirmando através da reprodução social dos preconceitos o discurso transfóbico.

Em terceiro, a representação social, a qual está diretamente relacionada com o discurso e com a reprodução social dos sentidos em relação à população transexual e travesti. Aqui, encontram-se as categorias apresentados na segunda tabela analítica como o envolvimento com a prostituição, crimes, assassinatos, a marginalidade entre outros. É preciso acionar esse conjunto de elementos nas notícias que conformam a realidade desta população, mas que também contribuem para a representação e localização desses sujeitos na sociedade, reafirmando no discurso e conseqüentemente nas práticas sociais, os preconceitos contra essa população. Por fim, para maior elucidação do proposto, apresenta-se em seguida esse modelo de análise da manifestação da transfobia nas notícias e conseqüentemente na mídia.

Gráfico 1 - Modelo de manifestação da transfobia nas notícias



Fonte: A autora (2022).

Nesse sentido, as representações sociais produzem sentido socialmente e atuam na mente das pessoas, seja no processo de produção da notícia como na

recepção da mesma. Esse processo é marcado pela produção de sentido que atuam nas mentes das pessoas, no imaginário e conseqüentemente nas práticas sociais. A dominação discursiva, a qual se dá no controle da mente e no controle cognitivo como reflete Van Dijk (2000) é central para a manutenção da transfobia como desdobramento da violência de gênero e das normas patriarcais.

O corpus analisado nos mostra que a mídia, nesse caso em especial os portais online de notícias, contribui por meio dos estereótipos para uma representação social da população transexual e travesti. Esses elementos e marcas discursivas constituem a representação social desta população na sociedade e a mídia através de uma relação de abuso de poder discursivo, relacionado com a dominação e controle da mente contribui com essa construção e reprodução social da desigualdade.

O nosso corpus aponta que os principais estereótipos que se expressam nas notícias de discurso transfóbico são as relações com o crime ou pessoas criminosas, as relações com a prostituição ou drogas, e vítimas de assassinatos, os quais estruturam a representação social desta população nas notícias. É preciso que essa análise esteja relacionada com a compreensão da transfobia como uma violência de gênero, a qual é demarcada pelo não reconhecimento da identidade de gênero, ou seja, não são reconhecidas e, portanto, não existem em sua expressão social enquanto mulheres.

Isso aponta que a representação social das pessoas transexuais e travestis é igualmente representada como pessoas que não tem o direito de ser humana, de existir com a sua identidade, por isso é morta ou mata. Além de serem apresentadas como criminosas, sem direito a presunção de inocência, transgressoras das normas e por isso também criminalizadas e invisibilizadas. Não-humanas, abjetas como explicita Butler (2011) e podem ser mortas impunemente, vítimas da transfobia, desde o momento que não são reconhecidas pela sua identidade de gênero, sendo tratadas por pronomes masculinos, expondo seus nomes masculinos, enquanto o nomo social se converte em “conhecido como” ou é anônima.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi apresentada, a pesquisa se faz relevante para o campo dos Estudos da Mídia, em especial para a linha de pesquisa “Estudos da Mídia e Produção de Sentido”, por compreender sua importância não somente no campo teórico, o qual necessita dessa temática, mas para a questão social que demarca a nossa sociedade. E que busca analisar as violações de direitos humanos na mídia, tema tão recorrente, mas pouco estudado, contribuindo no enfrentamento à transfobia e propondo repensar a produção de conteúdo pelos portais de notícias online no Rio Grande do Norte.

Nesse sentido, ao longo do tempo, os meios de comunicação não só ganharam destaque no cotidiano da população, na representação da realidade, mas contribuem também para a manutenção da hegemonia, seus valores morais e papéis sociais de gênero, reproduzindo discursos que contribuem para a manutenção das desigualdades sociais e dos preconceitos. Sodré destaca que se dão “voz e imagem a energúmenos, ignorantes, ridículos, patéticos, violentados, disformes, aberrantes, para mostrar a crua realidade popular, sem que o choque daí advindo chegue às causas sociais” (SODRÉ, 2002, p.133), mas que permaneça no sensacional, espetacular e sádico. Por compreender essa realidade midiática que corrobora com as violações de direitos humanos e não com a emancipação social, se faz necessário o estudo dessa temática no campo dos Estudos da Mídia.

Após nossa relação exploratória com o corpus empírico, pesquisando os principais portais de notícias do RN na internet, e, em seguida, pesquisando as notícias sobre travestis e transexuais apresentadas nos conteúdos desses portais, encontramos assim, os portais que mais apresentavam notícias de cunho transfóbico. Chegando ao total de 5 portais: Portal Agora RN; Portal No Minuto; Portal G1 RN; Portal VNT e Blog do BG. A temporalidade escolhida para as notícias nos portais foram de 2014 a 2018, por compreender que esse recorte de 5 anos nos dá a possibilidade de demarcar esse tipo de notícia como recorrente, por consequência, a recorrência das violações de direitos humanos das pessoas transexuais e travestis pela mídia.

E através da Análise Crítica do Discurso - ACD, investigando as possíveis violações de direitos humanos, apreendendo como se manifesta a transfobia e como

a representação social das pessoas travestis e transexuais são apresentadas nas notícias, foi possível apreender elementos que de um lado contribuem na manifestação da transfobia pelas notícias, mas também nas representações sociais desta população, aliado a isso a reprodução social das violências e discriminações de forma naturalizada.

Portanto, foi necessário compreendermos os estudos referentes às relações patriarcais de gênero e transexualidade, assim como, demarcar na análise que a violência de gênero e a transfobia são interligadas no processo de exclusão social que a população transexual e travesti vivencia na realidade brasileira. Não podemos abrir mão da afirmação que essa violência é demarcada pela expressão e identidade de gênero desta população que rompe concretamente com as normas sociais patriarcais da sociedade e sofrem a partir disso diversas violências que se manifestam nas mais variadas formas e dimensões da vida social. Compreendendo que mais do que um conceito em disputa, a transexualidade é resultado de um processo histórico. Ao mesmo tempo, que pensar os portais locais de notícias online se faz necessário refletir sobre a configuração do sistema midiático, seu perfil mercadológico e reprodutor de hegemonias. Além de refletir sobre o processo da cibercultura, da digitalização da informação, relacionando-se com a globalização e avanço do consumo na internet. Essas questões mais gerais são fundamentais para refletimos sobre o micro, nesse caso, os portais de notícias online, sua apropriação enquanto meio digital, mas também sua reprodução das notícias que violam os direitos humanos.

Essa pesquisa nos traz questões centrais para pensarmos a comunicação e as relações sociais que desaguam nesse processo junto a sociedade. É possível perceber que a maioria das notícias apresentam elementos negativos referentes à população transexual e travestis, as quais contribuem com a naturalização da violência e a reprodução da desigualdade. Sendo esse o principal conteúdo sem haver nenhuma reflexão sobre os problemas sociais, a marginalização dessa população, da discriminação que as perseguem, dessa forma, a comunicação é feita com um único objetivo: reproduzir a violência e a desigualdade. Não contribuindo para o pensamento crítico, nem para a empatia com essa população, muito menos para mitigar as violações de direitos.

Essa reprodução discursiva da transfobia é ampliada pelas práticas sociais,

assim como, nas representações sociais que configuram o lugar social desta população. É necessário compreendermos que esse processo desvaloriza a vida desta população e em especial amplia sua exclusão e marginalização na sociedade. Por outro lado, a produção de conteúdo na mídia precisa ser revista, seja no campo da formação profissional nas universidades, seja na capacitação junto as empresas de comunicação e na necessidade de fiscalização dos meios de comunicação e sua possível violação de direitos humanos, em especial, da reprodução social da transfobia. Já dispomos de vários manuais de boas práticas para a comunicação e o tratamento referente à população transexual e travesti, assim como, códigos de ética profissional. Mas, enquanto o jornalismo e produção de informações não estiverem associadas a produção da cidadania, dos direitos humanos haverá sempre essas contradições que são resultados de um processo histórico de formação social, os quais os produtores de conteúdo também são resultados desse processo.

O nosso esforço em refletir sobre o modelo discurso transfóbico – reprodução social – representação social é antes de tudo, um compromisso com a comunicação e com a vida desta população que é diariamente ceifada e estigmatizada pela mídia. Esforço esse de apreender os elementos que configuram uma notícia transfóbica, como se manifesta esse discurso, sua reprodução social dos preconceitos hegemônicos, mas também quais representações sociais são apresentadas e como esse modelo contribui diretamente para a manutenção das normas sociais de gênero e suas desigualdades.

Não poderia ser diferente para mim, enquanto uma pessoa transexual, jornalista e pesquisadora dos estudos da mídia não perceber a necessidade desse debate, do seu estudo e análise. Mas, assumir esse problema e enfrenta-lo não é uma tarefa fácil, mas necessária. Discutir que a mídia faz parte de uma rede de violências simbólicas e conseqüentemente social é compreender que esta sociedade e suas relações precisam ser transformadas.

Realidade essa que venho intervindo enquanto Coordenadora da Diversidade Sexual e de Gênero do Governo do Estado do Rio Grande do Norte atuando na implementação de políticas públicas para esta população, mitigando as violações de direitos humanos com o objetivo de promover a cidadania e a dignidade humana desta população que historicamente teve seus direitos sociais negados.

Por fim destaco que podemos contribuir a partir desta pesquisa acadêmica

com a compreensão da transfobia também como um elemento noticioso, mas como um problema social histórico. Não podemos enfrentar uma questão sem nos debruçarmos sobre ela, de tentarmos apreender os elementos que a conforma, suas relações, estrutura e representações para que possamos pensar saídas coletivas, mas antes afirmarmos que ela existe, se reproduz e precisa ser enfrentada.

REFERÊNCIAS

ANGRIMANI Sobrinho, Danilo. **Espreme que sai sangue: um estudo do sensacionalismo na imprensa**. São Paulo: Summus, 1995. (Coleção Novas Buscas em Comunicação; v. 47).

AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer: palavras e ação**. Porto Alegre: Artes Médias, 1990.

BARBOSA, Susana. **Dos sites noticiosos aos portais locais**. XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom. Campo Grande: Intercom, 2002. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/> Acesso em: 03 de março de 2022.

BENTO, Berenice Alves de Melo . **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008. (Coleção Primeiros Passos; 328).

BENTO, Berenice. **Brasil: país do transfeminicídio**. Centro latino-americano em sexualidade e direitos humanos, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.clam.org.br/destaque/conteudo.asp?cod=11606>. Acesso em: 01 de março de 2022.

BETTCHER, T. M. **Evil deceivers and make-believers: on transphobic violence and the politics of illusion**. In: AIZURA, A. Z.; STRYKER, S. (org.). *The Transgender Studies Reader*. New York: Routledge, 2013. p. 278-290. v. 2.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

BUTLER, J. **Vida precária**. São Carlos: Contemporânea, 2011.

CASTELLS, M. **A Ascensão da Sociedade em Rede**. Blackwell, 1996.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**. São Paulo: Moderna, 1982.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997, v. 102, p. 85-102.

DE ROSA, A. **Da teoria à metateoria nas representações sociais**. Social Science Informations, Vol. 33, 1994.

DIJK, Teun Van. **Discurso e poder**. São Paulo, Contexto, 2015.

DIJK, Teun Van. **Cognição, Discurso e Interação**. São Paulo: Contexto, 2004.

DIJK, Teun Van. **El estudio del discurso**. In: VAN DIJK, T. El discurso como estructura y proceso. Barcelona: Gedisa, 2000. Cap. 1, p. 21-65.

DIJK, Teun Van. **Critical Discourse Studies: A Sociocognitive Approach**. In: WODAK, R.; MEYER, M. Methods of Critical Discourse Studies. [S.l.]: Sage, 2015. Cap. 3, p. 63-85.

DIJK, Teun Van. **El análisis crítico del discurso**. Anthropos, n. 186, 1999, p. 23-36.

DIJK, Teun Van. **Principles of critical discourse analysis**. Discourse & Society, 4, n. 2, 1993, p. 249-283.

DIJK, Teun Van. Medeiros, B. W. L., & Andrade, M. L. C. V. O. **Análise crítica do discurso multidisciplinar: um apelo em favor da diversidade**. *Linha D'Água*, 26(2), 2013, p. 351-381.

FRANCISCO, Severino. **Sociedade da desinformação**. Artigo publicado no Observatório da Sociedade da Informação, de responsabilidade do Setor de Comunicação e Informação da UNESCO no Brasil. Brasília, 2004. Disponível em: Acesso em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000154058>. 06 de março de 2022.

FORD, Aníbal. **La marca de la bestia: identificación, desigualdades e infoentretenimiento en la sociedad contemporánea**. Buenos Aires: Norma, 1999.

GOMES, Mayra Rodrigues. **Palavra de ordem/dispositivo disciplinar**. Galáxia, n. 5, Abril 2003.

GUARESCHI, P. **Os construtores da informação: meios de comunicação, ideologia e ética**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GUARESCHI, P. **Representações Sociais: Alguns comentários oportunos**.

Florianópolis: Coletânea da ANPEPP 10, 1996.

HEIDEGGER, Martin. **A Questão da Técnica em Ensaio e Conferências**. Paris: Gallimard, 1954.

HINE, C. **Virtual Methods and the Sociology of CyberSocial-Scientific Knowledge**. In: C. HINE (org), Virtual Methods. Issues in Social Research on the Internet. Oxford: Berg, 2005.

JESUS, Jaqueline G. **Violência transfóbica e movimentos de afirmação identitária no Brasil**: desafios e possibilidades. Texto a ser apresentado no IV Seminário Internacional – Direitos Humanos, Violência e Pobreza: a situação de crianças e adolescentes na América Latina, a ser realizado entre os dias 21 e 23 de novembro de 2012 na Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ.

JESUS, Jaqueline G. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília: 2012. 42p. Escritório de Direitos Autorais da Fundação Biblioteca Nacional – EDA/FBN.

JESUS, J. G. **Transfobia e crimes de ódio: assassinatos de pessoas transgênero como genocídio**. (In)visibilidade Trans 2. História Agora, [s. l.], v. 16, n. 2, p. 101-123, 2013.

LEMOS, André. **Cibercultura. Tecnologia e Vida Social na Cultura Contemporânea**. Porto Alegre: Sulina, 2002.

LEMOS, André. **Cultura das Redes. Ciberensaios para o Século XXI**. Salvador: Edufba, 2002.

LEMOS, André. **Olhares sobre a Cibercultura**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LOURO, Guacira Lopes. **Marcas do corpo, marcas do poder**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, Bauer e Stiner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas.** São Paulo. Editora Boitempo, 2007.

MINAYO, M. **O desafio do conhecimento.** São Paulo: Abrasco, 1999.

MORAES, Dênis. **Vozes Abertas da América Latina: Estado, Políticas públicas e democratização da comunicação.** Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2011.

MORAES, Dênis. **Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação.** São Paulo: Boitempo, 2013.

MORALES, Luciana Pinho. **Cenários da violência: análise estético-narrativa do telejornal policial Barra Pesada.** Dissertação (mestrado) Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2014. Área de Concentração: Sociologia.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social** / Serge Moscovici: editado em inglês por Gerard Duveen: traduzido do inglês por Pedrinho A. Guareschi. -5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

NAVAS, Kleber Mascarenhas. **Vidas e corpos em trânsito: tráfico de travestis e transexuais brasileiras com a finalidade de exploração sexual no contexto da crise do capital.** Dissertação de mestrado – PUC SP, 2016.

NOGUEIRA, Leonardo. **O Brasil fora do armário: diversidade sexual, gênero e lutas sociais.** São Paulo. Editora Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

NOGUEIRA, Leonardo (Org.). **Hasteemos a bandeira colorida: diversidade sexual e de gênero no Brasil**, in: ALMEIDA, Guilherme. Identidade de Gênero com ênfase nas pessoas trans: particularidades e acesso à saúde, trabalho e educação. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

OLIVEIRA, Tibério Lima. **MEU CORPO, UM CAMPO DE BATALHA”:** a inserção precária das Travestis no mundo do trabalho em tempos de crise capital – Dissertação de Mestrado – PPGSS UFRN, 2016.

PAIXÃO, Patrícia. **A casa-grande discursivizando a senzala:** A mídia impressa brasileira e o discurso sobre os líderes progressistas latino-americanos. Tese de doutorado. UFPE: PPGCOM, 2016.

PALÁCIOS, Marcos. **O que há de (realmente) novo no Jornalismo online?** Seminário proferido na FACOM/UFBA, 04/04/2000.

PALACIOS, Marcos. **Ruptura, Continuidade e Potencialização no Jornalismo Online: o lugar da memória.** In MACHADO, Elias & PALACIOS, Marcos (Orgs), Modelos do Jornalismo Digital, Editora Calandra, Salvador, 2003.

PEREIRA, Miguel. **Comunicação, representação e práticas sociais,** In: FRANÇA, Vera. Representações, mediações e práticas comunicativas. Rio de Janeiro: Ideias & Letras, 2004.

RODRIGUES, Carla. **Jornalismo On-line: modos de fazer.** Rio de Janeiro, Editora PUC-Rio, 2009.-.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo. Editora Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero.** Pagu, Campinas, n. 16, p. 115-136, 2001.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade.** 3a edição. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013.

SILVA, José. **Características e usos da hipermídia no jornalismo, com estudo de caso do Grupo Estado de São Paulo.** Facom, UFBA, Brasil. XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom, Campo Grande: Intercom, 2001. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/> Acesso em: 03 de março de 2022.

SILVA, Luis Martins. **Imprensa, discurso e interatividade.** Brasília: Paralelo 15, 1997.

SMIGAY, K. E. V. **Sexismo, homofobia e outras expressões correlatas de violência: desafios para a psicologia política.** Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 8, n. 11, p. 32-46, 2002.

SODRÉ, Muniz; PAIVA, Raquel. **O império do grotesco.** Rio de Janeiro: Mauad, 2002.-.

WERTSCH, James V. **Estudos Socioculturais da Mente.** Porto alegre: Artmed, 1998.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e materialismo.** São Paulo: Editora Unesp, 2011.

VERÓN, Eliseo. Fragmentos de um tecido. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 2005.

ZAMBRANO, Lima F. **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2011.

ZATTAR, Marianna. **Competência em informação e desinformação: critérios de avaliação do conteúdo das fontes de informação**. Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v.13, n.2, p. 285-293, 2017. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/4075>. Acesso em: 06 de março de 2022.